

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS – CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E
HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INTERDISCIPLINAR EM
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO

RAFAEL RIBEIRO DOS SANTOS

JUVENTUDE(S), CIDADE(S) E PRÁTICAS ESPACIAIS:
LEITURAS DAS ESPACIALIDADES JUVENIS EM ANÁPOLIS (GO)

ANÁPOLIS

2024

RAFAEL RIBEIRO DOS SANTOS

**JUVENTUDE(S), CIDADE(S) E PRÁTICAS ESPACIAIS:
LEITURAS DAS ESPACIALIDADES JUVENIS EM ANÁPOLIS (GO)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar. Linha de pesquisa: Patrimônio e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Anne Vieira Silva

ANÁPOLIS

2024



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo: Rafael Ribeiro dos Santos

E-mail: rafaelribeiro.geografia@gmail.com

Dados do trabalho

Título:

Juventude(s), Cidade(s) e Práticas espaciais: leituras das espacialidades juvenis em Anápolis (GO)

Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

Concorda com a liberação documento?

SIM

NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis, 18 de dezembro de 2024.

Local

Data

Assinatura do autor / autora

Assinatura do orientador / orientadora

Ficha catalográfica

S237 j

Santos, Rafael Ribeiro dos.

Juventude(s), cidade(s) e práticas espaciais: leituras das espacialidades juvenis em Anápolis (GO) / Rafael Ribeiro dos Santos. Anápolis, 2024.

82f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Anne Vieira Silva.
Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson de breu Júnior, Anápolis, 2024.

Inclui bibliografia e tabelas.

1.Espacialidades juvenis. 2.Cidade. 3.Juventude.
4.Práticas espaciais – Anápolis (GO). I.Silva, Mary Anne Vieira. II.Título.

CDU 911.3(Anápolis)(43)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária/UEG/UnuCSEH
CRB-1/2385

RAFAEL RIBEIRO DOS SANTOS

JUVENTUDE(S), CIDADE(S) E PRÁTICAS ESPACIAIS:
LEITURAS DAS ESPACIALIDADES JUVENIS EM ANÁPOLIS (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Patrimônio e Expressões Culturais no Cerrado, no dia 10 de dezembro de 2024 para a banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profa. Dra. Mary Anne Vieira Silva
(Presidente da banca e orientadora – PPG-TECCER/UEG)



Profa. Dra. Maria Idelma Vieira D'Abadia
(Avaliadora interna – PPG-TECCER/UEG)



Prof. Dr. Marcelo de Mello
(Avaliador interno – PPG-TECCER/UEG)



Prof. Dr. Marcos Vinícius Guimarães de Paula
(Avaliador externo – SME Anápolis e SEDUC-GO)

Dedico este trabalho a Deus, que mesmo diante de minha fé instável, nunca me abandonou nos momentos de maior aflição, embora às vezes sem eu merecer. De modo especial, dedico à minha grande amiga e irmã de coração, Isabela Cristina (*in memoriam*), que sempre me apoiou e me encorajou a seguir em frente, sobretudo nos períodos de maior instabilidade emocional. Por fim, dedico aos meus pais (Vicente e Sebastiana), irmã (Andreia) e sobrinho/afilhado (Miguel), vocês são a minha grande fonte de energia e inspiração, me encorajam e me fortalecem nas horas mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos com uma frase de Chico Xavier que denota muito o meu estado de espírito no momento, a qual diz o seguinte: “agradeço todas as dificuldades que enfrentei. Não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito”. Essa frase exprime, significativamente, o que vivenciei para chegar até aqui, todos os desafios e provações, assim como as tantas vezes que cogitei desistir. Todavia, precisamos sempre nos fortalecer, buscar alento onde não mais acreditamos possuir, trata-se de transcender e ressignificar as rotas. Desse modo, começo agradecendo a mim mesmo, por tudo que fiz para me manter resiliente ao longo desse tempo, pelas escolhas e decisões, erros e acertos, pela coragem em continuar e por conseguir concretizar essa etapa da minha formação acadêmica, tão importante e simbólica.

Do ponto de vista institucional, agradeço à Universidade Estadual de Goiás (UEG), via Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), pela concessão da bolsa de pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado, que me foi concedida no período de novembro de 2020 a fevereiro de 2022. Esse recurso financeiro foi de fundamental importância para que eu pudesse me dedicar aos estudos e à produção intelectual acadêmica no decorrer desse tempo.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Dra. Mary Anne Vieira Silva, por todo o carinho, respeito, comprometimento e empatia depositados em mim durante esse processo de orientação. Certamente, não seria possível chegar a esse momento sem o seu incansável apoio e esforço contínuo. Não tenho dúvidas de que a sua insistência comigo foi de suma importância para que esse mestrado pudesse ser concluído. Sua história e toda sua personalidade forte me inspiram, mulher de bravura única, mas também com a sensibilidade à flor da pele.

Quero agradecer também à professora Dra. Maria Idelma Vieira D’Abadia e aos professores, Dr. Marcelo de Mello e Dr. Marcos Vinícius Guimarães de Paula, pela gentileza em aceitarem compor a minha banca de avaliação. Idelma, presente em minha vida desde 2016, foi minha orientadora do trabalho de conclusão de curso na graduação e uma pessoa ímpar em toda minha formação, especialmente pelo apoio sensível e amoroso em momentos diversos. Professor Marcelo, um homem muito sábio e inspirador, com quem eu tive o privilégio de cursar disciplinas na graduação e no mestrado, com ele aprendi um pouco de tudo: a pensar espacialmente, analisar a sociedade e suas múltiplas transformações e ter respeito com a profissão, com o outro e comigo mesmo. Agradeço também ao Marcos, professor gentil e sério,

competente e sereno, alegre e observador; um colega de trabalho e amigo admirável e que inspira alunos e quem tem o prazer de desfrutar da sua companhia.

Em relação às amizades, ressalto aqui, dentre tantas, alguns nomes que foram e são fundamentais em minha vida, que me motivam e compartilham de acontecimentos diversos, de experiências comuns. Agradeço à minha querida e amada amiga-irmã, Isabela Cristina (*in memoriam*), seu nome será sempre lembrado por mim; obrigado por tudo e por tanto. Não posso deixar de destacar as minhas amizades construídas no chão da UEG, nas labutas diárias e que as levo para a vida: Karolyne Stephany (Karol), João Paulo Marinho e Amanda Beatriz. Agradeço às amizades que já construí em minha curta carreira docente e que pretendo levar por muitos anos: Clarissa Cousin, Alcione Amaral, Rhayanne Matos, Ana Lúcia, Sabrina Alves, Érica Pires, Juliana Felix, Carla Adriana, Jessé Misael, Anamaria Pinelli, Graciane Elias, Elisângela Renesto, Nilva Aparecida, Micaele Rocha e Alezi Cavalcanti. E não posso deixar de destacar as minhas amigas que estão para além das fronteiras geográficas e da presença física, mas que mesmo assim se fazem presentes em minha vida: Rozângela Oliveira e Simone Alves.

Não posso deixar, ainda, de destacar os meus amigos e colegas de mestrado, com os quais já partilhei muitas experiências e sensações: Caíque Peixoto, Mirelle Antonia e Tiago Caroca. Destaco também a importância da coordenadora do nosso programa de pós-graduação, Profa. Dra. Poliene Bicalho, por todo apoio e mediação junto ao colegiado, em especial, nos momentos mais críticos. Por fim, agradeço à minha amiga, Aruanda Soares, pela parceria, carinho e ternura sempre demonstrados, você certamente é alguém fundamental em minha vida, por tudo que faz e representa.

Para concluir meus agradecimentos, gostaria de destacar meus alunos do ensino médio do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Arlindo Costa, jovens notáveis com personalidades marcantes e únicas. Eles são verdadeiros parceiros de aprendizado, estimulando-me diariamente a compreender melhor a complexidade da juventude, um conceito multifacetado que intersecta geografia, sociologia e psicologia. Através de suas histórias de vida, singularidades e práticas espaciais, eles me ensinam lições valiosas. Sua sociabilidade e interações cotidianas são uma fonte constante de inspiração, permitindo-me crescer como educador e pesquisador. Cada um deles é um exemplo vivo da diversidade e resiliência que caracterizam essa fase da vida.

“Não mais me deitar no feno perfumado ou deslizar na neve deserta.

Onde eu exatamente me encontro?

O que me surpreende é a impressão de não ter envelhecido, embora eu esteja instalada na velhice.

O tempo é irrealizável.

Provisoriamente o tempo parou para mim.

Provisoriamente.

Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro.

O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar.

Portanto, ao meu passado, eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo.

Hoje, que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele.

O que eu sempre quis foi comunicar unicamente da maneira mais direta o sabor da minha vida.

Unicamente o sabor da minha vida.

Acredito que eu consegui fazê-lo.

Vivi num mundo de homens, guardando em mim o melhor da minha feminilidade.

Não desejei e nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A juventude é um tema relevante nas ciências sociais e humanas, com discussões que remontam à década de 1960. Esta pesquisa analisa as espacialidades juvenis em Anápolis (GO), buscando compreender como os jovens interagem com o espaço urbano e como suas práticas espaciais influenciam a construção de identidades. A pesquisa é de natureza qualitativa, com base em estudos bibliográficos e análise de dados secundários. A revisão bibliográfica permitiu identificar conceitos-chave, como espacialidades, juventude e cidade, e suas interrelações. Os resultados mostraram que os jovens em Anápolis possuem uma relação dinâmica com o ambiente urbano, moldando-o e sendo moldados por ele. Espaços como praças, centros culturais e áreas de lazer são fundamentais para a socialização, expressão artística e desenvolvimento de habilidades sociais e culturais. Além disso, as práticas espaciais dos jovens influenciam a configuração do espaço urbano, a dinâmica social e cultural da cidade e a construção de cidadania ativa e participativa. A pesquisa evidencia a importância de políticas públicas inclusivas e participativas para atender às necessidades dos jovens em Anápolis. É fundamental repensar a forma como a cidade é planejada e vivenciada pelos jovens, visando construir um ambiente urbano mais inclusivo, dinâmico, acessível e acolhedor. A inclusão dos jovens na configuração do espaço urbano pode contribuir para cidades mais justas e diversificadas. A pesquisa sugere que a promoção de espaços de encontro e participação, o fomento da expressão artística e cultural e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a juventude são essenciais para atender às necessidades dos jovens. Além disso, é fundamental considerar as perspectivas dos jovens na formulação de políticas urbanas.

Palavras-chave: Juventude; Espacialidades; Cidade; Práticas Espaciais; Anápolis.

ABSTRACT

Youth is a relevant theme in social and human sciences, with discussions dating back to the 1960s. This research analyzes youth spatialities in Anápolis (GO), Brazil, seeking to understand how young people interact with urban spaces and how their spatial practices influence identity construction. This qualitative research is based on bibliographic studies and secondary data analysis. The literature review identified key concepts, such as spatialities, youth, and city, and their interrelations. Results show that Anápolis youth have a dynamic relationship with the urban environment, shaping and being shaped by it. Public spaces like squares, cultural centers, and leisure areas are essential for socialization, artistic expression, and socio-cultural skill development. Youth spatial practices influence urban configuration, social and cultural dynamics, and active citizenship construction. This research highlights the importance of inclusive and participatory public policies addressing Anápolis youth needs. Reconsidering how cities are planned and experienced by youth is crucial for creating inclusive, dynamic, accessible, and welcoming urban environments. Involving youth in urban planning contributes to more just and diverse cities. This study suggests promoting meeting spaces, fostering artistic expression, developing youth-focused policies, and considering young people's perspectives in urban planning are essential to address their needs.

Keywords: Youth; Spatialities; City; Spatial Practices; Anápolis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Mapa de localização do município de Anápolis (GO) – 2022	16
Ilustração 02	Anápolis/GO: Croqui da Vila de Santana das Antas em 1904 com os principais acessos e a projeção do Largo de Santana	21
Ilustração 03	Pintura da Praça Sant’Ana em 1888	23
Ilustração 04	Fotografia – José da Silva Batista (Zeca Batista)	24
Ilustração 05	Município de Anápolis/GO: processo de instituição da cidade, 1870-1907	25
Ilustração 06	Fotografia – Colônia Agrícola Nacional (CANG), 1941	30
Ilustração 07	Fotografia – Estação ferroviária de Anápolis (1935)	32
Ilustração 08	Fotografia – Avenida Brasil, Anápolis (GO)	33
Ilustração 09	Mapa – Anápolis/GO: projeções da localização da cidade e do Distrito Agroindustrial de Anápolis	35
Ilustração 10	Mapa – Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília	37
Ilustração 11	Gráfico – Número de matrículas na educação básica, segundo a rede de ensino – Brasil (2019-2023)	57
Ilustração 12	Diagrama – Relação dialética entre escola, comunidade e socialização	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Crescimento da população do município: 1900 – 1935	27
-----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIA	Associação Comercial e Industrial de Anápolis
BR	Brasil
CANG	Colônia Agrícola Nacional
CBPU	Comissão Estadual das Bacias Paraná-Uruguaí
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
Dr.	Doutor
Dra.	Doutora
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PPG-TECCER	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado
Prof.	Professor
Profa.	Professora
PrP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REGIC	Regiões de Influências das Cidades
SEDUC-GO	Secretaria de Estado da Educação de Goiás
SIC	Secretaria da Indústria e Comércio
SME Anápolis	Secretaria Municipal de Educação de Anápolis
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UnUCSEH	Unidade Universitária de Anápolis – Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	15
1 ANÁPOLIS – DO POVOADO DE SANT’ANA DAS ANTAS À CAPITAL REGIONAL: HISTÓRIA, PROCESSOS E SUJEITOS	19
1.1 TESSITURAS HISTÓRICAS E CULTURAIS DE ANÁPOLIS	19
1.2 ANÁPOLIS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E ESPACIAL	28
2 JUVENTUDE(S) E CIDADE(S): APROXIMAÇÕES TEMÁTICAS	40
2.1 JUVENTUDE(S): NOÇÕES E SIGNIFICADOS MÚLTIPLOS ACERCA DESTA CATEGORIA	40
2.2 OS JOVENS E SUAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE	48
3 OS JOVENS ESCOLARES E SUAS ESPACIALIDADES EM ANÁPOLIS	54
3.1 JOVENS ESCOLARES E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS ESPACIAIS	54
3.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA OS JOVENS	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

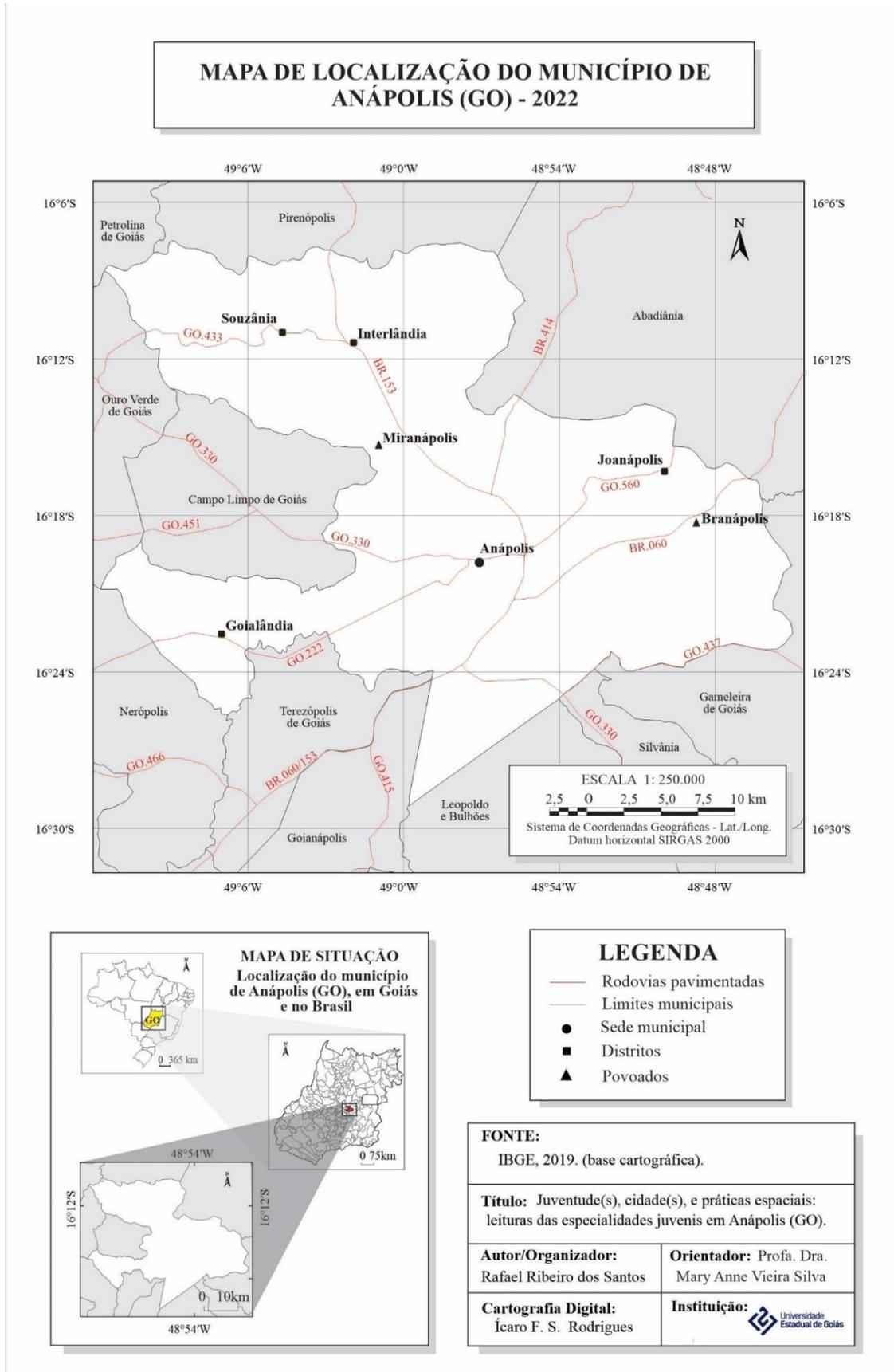
O tema da juventude tem se constituído no Brasil, há algumas décadas, como centralidade nos estudos de alguns campos do conhecimento, especialmente aqueles ligados as ciências sociais e humanas, a exemplo da sociologia, antropologia, comunicação social, psicologia e da geografia. Embora a noção de juventude possa ser alvo de reflexões desde o império romano, os avanços em suas discussões e a pluralidade de análises passam a ser compostas a partir da década de 1960, em decorrência da sociologia das juventudes por meio de trabalhos sistemáticos e de natureza quantitativa.

Ao pensar essa categoria como núcleo central da análise aqui empreendida, nos ancoramos em discussões em que se considera o contexto histórico, a dimensão espacial e cultural, assim como as experiências e relações empreendidas pelos sujeitos no espaço. Desse modo, não há a pretensão de evidenciar um conceito definidor de juventude, mas demonstrar suas múltiplas categorizações, as quais partem de contextos específicos, das vivências de sujeitos jovens, suas práticas espaciais e a forma como são atravessados por fatores limitantes de sua condição juvenil.

Dayrell (2001) afirma que os jovens ocupam os espaços, onde criam e recriam sentidos e maneiras específicas de desenvolver e ampliar a sua rede de sociabilidade. Isto é, atuam na produção do espaço urbano, na composição desse lugar, construído por materialidades e simbolismos, e nesse contexto estabelecem as suas práticas cotidianas. De acordo com Raffestin (1993), conforme os sujeitos passam por um processo de autoidentificação com determinado espaço, eles realizam processos de apropriação deste, seja em uma dimensão concreta ou não. Assim, a fragmentação social também determina as vivências juvenis, sobretudo por serem resultantes da divisão de classes, influenciando em distinções entre jovens com maior ou menor poder aquisitivo, reflexo do modo de vida capitalista, que repercute historicamente na sociedade (Cassab, 2009).

Nas palavras de Dayrell (2003, p. 41) a juventude “[...] é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”. Nesse sentido, a pesquisa em questão desdobra-se em torno de uma investigação a partir da concepção de juventude, versando sobre os conceitos de cidade e práticas espaciais. Com isso, a dissertação visa apresentar uma análise das espacialidades juvenis no contexto da cidade de Anápolis, recorte espacial adotado (ilustração 01). O referido município está situado na região Centro-Oeste do Brasil, especificamente no planalto central do estado de Goiás, localização marcada por uma configuração estratégica.

Ilustração 01 – Mapa de localização do município de Anápolis (GO) – 2022



Fonte: IBGE, 2019 (base cartográfica).

Assim, por meio de embasamentos a partir de recortes teóricos com referências adotadas como desígnio de evidenciar as questões que norteiam a juventude, partimos dos seguintes questionamentos: Quais as diferentes concepções desenvolvidas historicamente acerca da categoria juventude? Como os jovens configuram e vivenciam as suas práticas espaciais na dimensão da cidade? Que fatores contribuíram para tornar Anápolis um local de significativa influência no cenário local, regional e nacional, quais os impactos para o público jovem? Como são demarcadas e apresentadas as espacialidades juvenis no município de Anápolis?

Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar como se dão as práticas espaciais juvenis no contexto da cidade, enfatizando as espacialidades desses sujeitos em Anápolis (GO). Especificamente, objetivou identificar e caracterizar a categoria juventude por meio de suas distintas concepções existentes; descrever como os jovens estabelecem e experienciam as suas práticas espaciais na cidade; apontar e caracterizar os aspectos históricos, culturais e econômicos do município de Anápolis; e descrever como os jovens demarcam as suas espacialidades em Anápolis.

A pesquisa se insere como uma análise de natureza qualitativa, em que se busca apresentar leituras sobre a juventude, suas múltiplas dimensões, representações e práticas espaciais. Neste sentido, o processo de coleta de dados e informações que subsidiaram a realização da análise pautou-se na pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão. Conforme Gil (2002) este tipo de pesquisa abarca um estudo em que há o aprofundamento das questões propostas e dispõe de flexibilidade em decorrência dos objetivos formulados anteriormente.

O autor supracitado ainda ressalta que esse tipo de estudo se desenvolve por meio de resultados previamente estabelecidos e divulgados sobre o tema. Assim, utiliza-se esse material como fundamentação, no intuito de apresentar aspectos já abordados e avançar nas reflexões empreendidas. Durante o levantamento de dados, a fim de compor um sólido referencial teórico para a discussão, utilizou-se de artigos, livros, dissertações, teses e sites oficiais.

Dada a intenção de analisar o tema juventude com enfoque na cidade de Anápolis, a dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro apresenta o contexto histórico do município, versando sobre os fatores que colaboraram para a sua formação territorial. Diante disso, buscou tratar dos diferentes aspectos que formaram e deram as condições para que Anápolis chegasse a sua atual configuração. Assim, nos propusemos evidenciar os fatores

históricos, culturais e econômicos, que foram simbolicamente importantes e decisivos para refletir desde a configuração como o Povoado de Sant'Ana das Antas à capital regional de Goiás.

A cidade de Anápolis tem sua história profundamente ligada à influência dos jovens e da juventude. Desde sua fundação em 1833, os jovens contribuíram para o crescimento econômico, social e cultural da cidade, participando de movimentos sociais e políticos, demandando melhorias em educação, saúde e infraestrutura. Ao longo dos anos, eles moldaram a identidade da cidade por meio de iniciativas culturais, artísticas, empreendedoras e políticas, tornando-se protagonistas do desenvolvimento local.

No segundo capítulo a análise central está associada à discussão e compreensão da categoria juventude, no intuito de investigar e descrever os diferentes conceitos desenvolvidos sobre esse tema, bem como suas divergências, similaridades e intersecções. No terceiro capítulo, as próximas discussões estarão intrinsecamente relacionadas aos conceitos que permeiam o contexto da juventude, com um enfoque especial na interação entre os jovens e o espaço escolar. Isso nos permitirá compreender mais profundamente como a complexa rede de fatores que envolve a juventude contemporânea se manifesta de maneira única dentro da escola, bem como como os jovens lidam com as expectativas, desafios e oportunidades que surgem durante seu percurso educacional. Essa análise contribuirá para uma visão mais completa da relação entre a juventude e o ambiente escolar.

1 ANÁPOLIS – DO POVOADO DE SANT’ANA DAS ANTAS À CAPITAL REGIONAL: HISTÓRIA, PROCESSOS E SUJEITOS

“O presente é o real, o atual que se esvai e sobre ele, como sobre o passado, não temos qualquer força. O futuro é que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos centrar o nosso esforço, de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação” (Santos, 1988, p. 85).

Este capítulo tem como finalidade apresentar o contexto histórico do município de Anápolis, bem como a soma de fatores que contribuíram para sua formação territorial, enfatizando os diferentes processos e sujeitos que fizeram parte deste movimento de construção e desenvolvimento do referido município. Nesse sentido apresenta-se, de maneira concisa, os aspectos que permearam a história da cidade, desde a sua concepção como Povoado de Sant’Ana das Antas à sua atual configuração atribuída pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como capital regional¹.

Além disso, busca-se evidenciar a importância geográfica e cultural de Anápolis para o estado de Goiás, assim como sua relevância na dinâmica regional, sobretudo devido ao alinhamento com as duas grandes capitais limítrofes, tanto em escala nacional (Brasília), quanto estadual (Goiânia). Esse conjunto de fatores contribuem e explicam grande parte do processo de desenvolvimento de Anápolis, além de corroborar com a leitura histórica, geográfica, social e econômica local.

1.1 TESSITURAS HISTÓRICAS E CULTURAIS DE ANÁPOLIS

A história do surgimento de Anápolis remonta ao final do século XIX, sendo marcada por diferentes interpretações. De um lado a questão lendária e devocional, fecundada na dimensão cultural e simbólica, que parte da premissa do mito fundador a respeito da senhora

¹ Anápolis se tornou recentemente a primeira “capital regional” do estado de Goiás. Com a divulgação do levantamento feito pelo IBGE, por meio da pesquisa das Regiões de Influências das Cidades (REGIC) em 2018, em que se analisa e define a hierarquia dos diferentes centros urbanos brasileiros, classificando-os, por exemplo, em metrópoles e capitais regionais, Anápolis passa a compor uma lista de 97 (noventa e sete) cidades que adquiriram essa nova posição hierárquica na rede urbana nacional. As capitais regionais representam o segundo maior nível de classificação em uma rede urbana, ficando atrás das metrópoles. Essa nomenclatura passa a ser atribuída a uma cidade a partir do momento que ela apresenta uma maior concentração de atividades ligadas a gestão, mas que ainda possui menor alcance em termos da região de influência se comparado às metrópoles. Em Goiás, historicamente, tínhamos Goiânia como uma das cidades que compunham esse acervo de pesquisa da REGIC junto ao IBGE desde 2007, mas já como metrópole, e agora pela primeira vez o estado possui um município classificado como capital regional. Para maiores informações e acesso aos dados da pesquisa, consulte: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>.

Ana das Dores em relação a Nossa Senhora Sant'Ana, e por outro os aspectos ligados à sua localização geográfica, às condições naturais da região. Esse contexto, conforme Freitas (2022), difere-se das outras cidades goianas que, majoritariamente, possuem a sua fundação marcada pela busca e exploração das atividades auríferas, mecanismo de grande importância no cenário econômico e que foi o responsável pelo povoamento de Goiás ainda no século XVIII.

Vale ressaltar que os primeiros relatos a respeito da região de Santana das Antas (atual Anápolis) são do início do século XIX, por volta de 1819, de autoria do viajante e naturalista francês, Augusto de Saint Hilaire. Nesse período, durante uma de suas viagens, ele percorreu a área e em suas anotações descreveu alguns aspectos que lhe chamaram a atenção, como o clima e a existência de um engenho de açúcar. Além de Saint Hilaire, outros viajantes passaram pela região e fizeram seus registros, especialmente em relação aos cursos de água existentes naquele local, os quais destacam-se os Córregos² João Cezário, Córrego dos Góis e o Rio das Antas (Ferreira, 1981; Polonial, 2007).

A região assume grande importância em relação aos seus aspectos geográficos em que mais da metade de seu território, cerca de 54%, tem como característica um relevo marcado por ondulações suaves, os outros 46% da área apresenta superfície mais plana. O clima predominante é o tropical, com temperaturas mais amenas, o que se beneficia em virtude da altitude de aproximadamente 1.017 metros em relação ao nível do mar; já a sua vegetação original é formada, predominantemente pelo bioma cerrado.

Anápolis se constituía como um dos principais pontos de parada e encontro para o pouso das comitivas que transportavam mercadorias entre os núcleos mineradores da época (Jaraguá, Pirenópolis, Corumbá, Pilar de Goiás, e outros), certamente em decorrência de seus aspectos naturais descritos e por sua localização (Luz, 2009). De acordo com Ferreira (1981, p. 13-14)

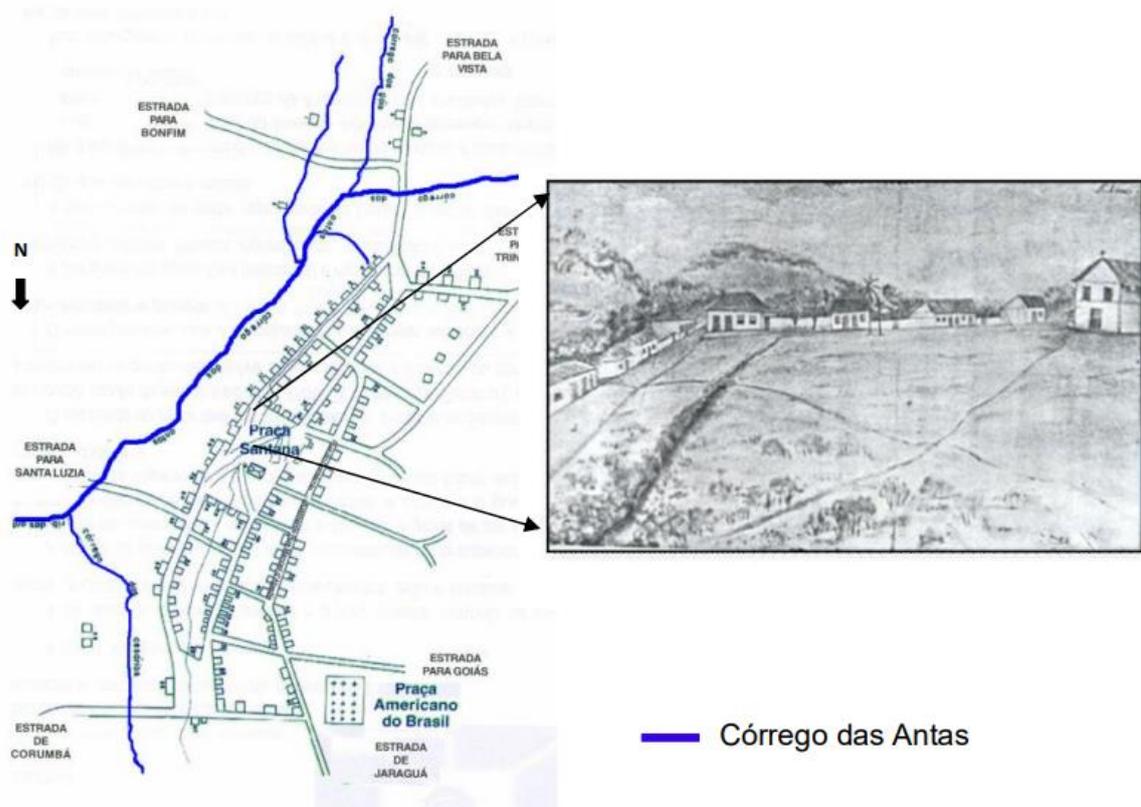
Os tropeiros, caixeiros-viajantes do século passado, partiam de Meia Ponte e arredores, em demanda de centros mais adiantados, levando os produtos da terra, tais como fumo, aguardente, produtos leiteiros etc., com o que abasteciam o comércio dos locais onde residiam. Esse vaivém de tropeiros deu início à formação de um lugarejo, que se transformaria, em menos de um século, na querida e progressista Anápolis de hoje.

Diante do exposto, é possível compreender como as recorrentes paradas na região foram fundamentais no processo de formação da cidade que conhecemos atualmente. De acordo

² Córrego refere-se a um “[...] curso de água corrente de pequeno porte. Ocorre em todas as regiões fisiográficas brasileiras, na maioria das Unidades da Federação” (IBGE, 2010, s./p.).

com Luz (2009, p. 177) “[...] em meados do século XIX, em torno das paradas ou pousos, às margens de rios e córregos, surgiram edificações comerciais e moradias que, depois, transformaram-se em povoados e cidades, como no caso de Anápolis [...]”. Conforme a autora, o então Córrego das Antas (hoje denominado como rio), atuou como uma importante referência no decorrer do processo de formação da cidade. Veja a ilustração 02, em que é retratado o Córrego das Antas e como a Vila de Santana foi se constituindo ao longo de suas margens.

Ilustração 02 – Anápolis/GO: Croqui da Vila de Santana das Antas em 1904 com os principais acessos e a projeção do Largo de Santana



Fonte: Luz (2009, p. 177).

Outra versão sobre a história do município, e talvez também a mais difundida em virtude do caráter simbólico-cultural e devocional, é a de que a senhora Ana das Dores passava com sua comitiva pela região e um de seus animais empacou, não conseguia se movimentar. Como na bagagem que esse animal portava havia a imagem de Sant’Ana, o ocorrido foi interpretado como um desejo da santa em permanecer no referido local. Conforme Rocha (2007, p. 16), tal episódio aconteceu

Na travessia dos campos cortados pelo córrego que posteriormente seria denominado das Antas, fez-se uma pausa para descanso, após o qual, na recontagem dos animais, descobriu-se a falta de uma besta. Procurou-se por ela e logo foi encontrada numa mata. Essa besta era exatamente a que transportava a bruaca em que se achava a imagem. Dona Ana fez a promessa: se o animal completasse a viagem, ela doaria a imagem para a primeira capela que se erguesse na região.

Além dessa narrativa, há também outra, a qual ressalta uma promessa feita por Ana das Dores à santa devotada (Sant'Ana). Na ocasião um de seus animais havia se perdido da comitiva, por coincidência o que transportava consigo uma carga de grande valor, logo, a senhora fez a promessa que se encontrado ela construiria naquele local uma capela em homenagem à sua santa protetora como forma de agradecimento (Cunha, 2009).

O fator religioso e simbólico sobre a formação de Anápolis não sobrepõe, nem é reduzido diante das condições naturais existentes e propícias para o desenvolvimento da região. Ambos dialogam e convergem ao longo da história, além é claro de contribuírem com as narrativas e a dinâmica sobre a origem do município. Cabe ressaltar que em meio essas explicações Anápolis deixa a condição de povoado até se tornar uma cidade, processo cronológico importante para uma leitura historiográfica do espaço em questão.

De acordo com Cunha (2009) é no ano de 1870 que são doadas as terras para a construção da Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana, obra que se inicia pouco tempo depois. Esse contexto é caracterizado pela dualidade, por um lado há registros de que essas terras para a construção da capela teriam sido ofertadas por Ana das Dores de Almeida como forma de agradecimento a graça recebida da santa (Luz, 2009). Por outro, a de que foram fazendeiros da região, devotos de Sant'Ana, que doaram as terras, interessados em incrementar e fortalecer o espaço comercial local, o que consequentemente contribuiria com a valorização de suas terras (Cunha, 2009).

Assim como outras cidades do estado de Goiás que tiveram a sua formação demarcada inicialmente pela construção de uma capela central e que dá início o surgimento do núcleo urbano em suas imediações, Anápolis não foge à regra. O então Povoado de Sant'Ana passou por distintas alterações, de acordo com Luz (2009), em 1873 é elevado à condição de Freguesia de Sant'Ana das Antas, em 1884 tem seu nome alterado para Freguesia de Sant'Ana dos Campos Ricos, e já em 1886 retoma a nomenclatura de Freguesia de Sant'Ana das Antas. A ilustração 03 retrata como eram as primeiras construções da região, assim como evidencia a formação de uma de suas primeiras praças, que se funda em torno da capela erguida em louvor a Sant'Ana.

Ilustração 03: Pintura da Praça Sant'Ana em 1888



Fonte: Acervo do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho.

Para Cunha (2009, p. 54)

A construção da capela respondeu às expectativas dos fazendeiros, contribuindo duplamente com o futuro do município. Primeiro, porque, o povoado foi, gradativamente, confirmando sua função de entreposto comercial, visto que, se firmava como ponto de parada das comitivas que realizavam o comércio na região. Segundo, porque o crescimento populacional se fez contínuo e fomentou o desenvolvimento da agropecuária de subsistência, que mais tarde se tornaria comercial, além de desenvolver o artesanato e comércio local, outras atividades que se tornariam bastante representativas da futura cidade. O elemento religioso também se fez importante no período da criação da freguesia, isto é, da Paróquia de Sant'Ana no povoado e mesmo para a elevação do povoado à condição de vila.

Conforme Luz (2009), em 1887 a região é elevada a Vila de Sant'Ana das Antas e em 1892 recebe José da Silva Batista (Zeca Batista), que veio por intermédio de Gomes de Souza Ramos³, e foi nomeado como administrador da vila. Essa parceria desses dois grandes nomes da história anapolina foi de fundamental importância para o desenvolvimento local, sobretudo pela maneira como eles conseguiram projetar Anápolis em uma esfera estadual.

³ Gomes de Sousa Ramos foi um dos fundadores de Anápolis, nascido em 17 de setembro de 1837, aos 33 anos de idade mudou-se para o lugarejo que mais tarde seria a Freguesia de Santana das Antas. Ao chegar aqui no ano de 1870, ergueu uma capela em devoção a Nossa Senhora de Santana.

Borges (2011, p. 23, grifos do autor) descreve a figura de Zeca Batista como um líder na comunidade que estava surgindo. A autora expõe que

Procedente de Meia Ponte e como professor de primeiras letras, designado pelo Governo Provincial, veio, em 1882, para o povoado, o cidadão JOSÉ da SILVA BATISTA. Afeiçoando-se ao povo e a terra, pugnou pelo desenvolvimento da freguesia, tudo empreendendo, ao lado de outros dignos trabalhadores, para emancipá-la de Pirenópolis, fato que se deu a 15 de dezembro de 1887, por força da lei n. 811. Com o passamento de GOMES de SOUSA RAMOS - morreu aos 22 de setembro de 1889” e foi sepultado no mesmo dia, perto da porta lateral da igreja, do lado de fora, junto ao túmulo de sua mãe”, Zeca Batista se tornou o verdadeiro líder da comunidade”.

Zeca Batista era, portanto, oriundo de Meia Ponte (atual Pirenópolis), onde atuava em diferentes funções, como médico, professor e farmacêutico. Na ilustração 04 é possível ver o seu retrato.

Ilustração 04: Fotografia – José da Silva Batista (Zeca Batista)

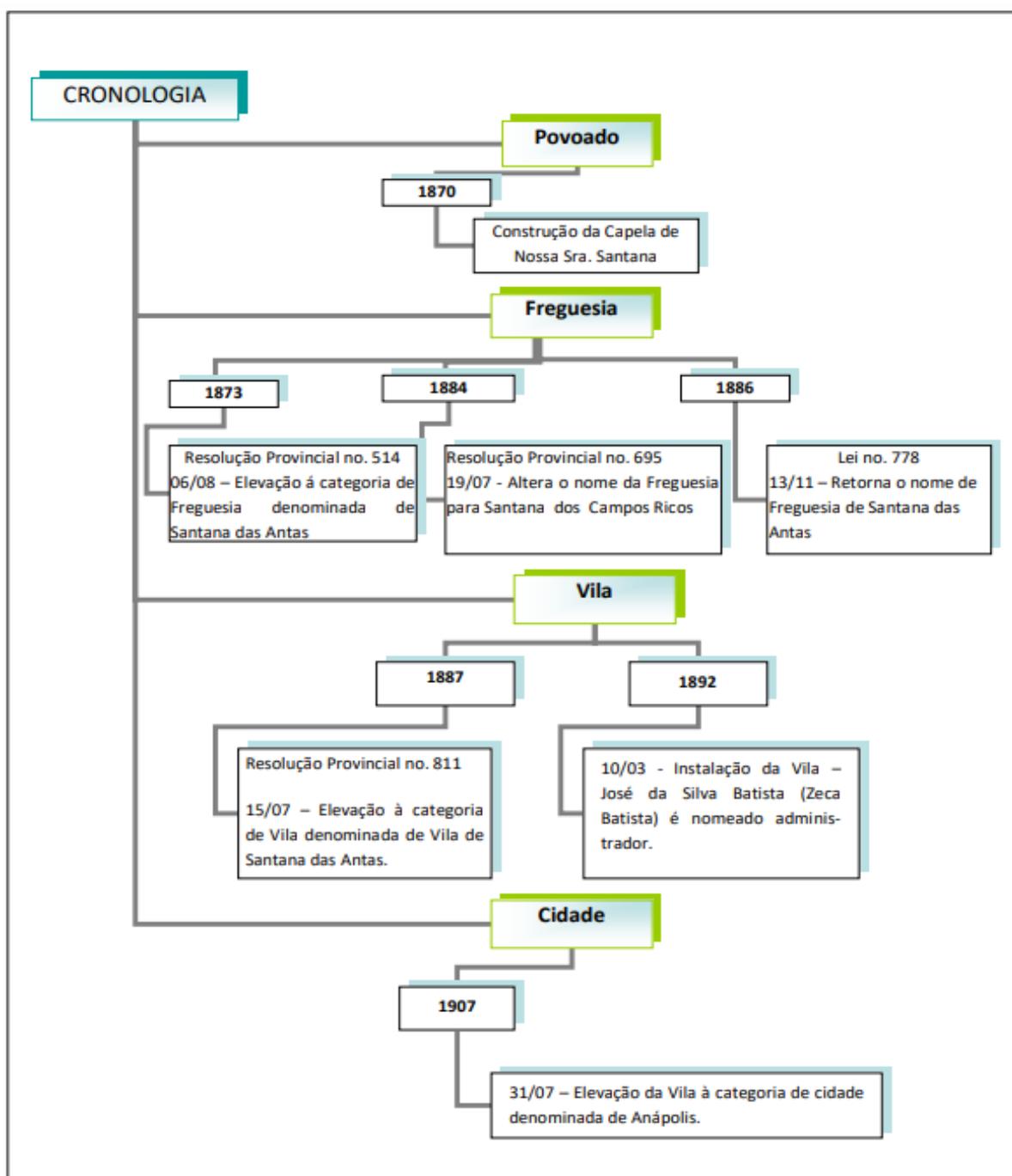


Disponível em: <http://vivaanapolis.com.br/a-cidade/historia/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Anápolis é elevado à condição de cidade somente em 31 de julho de 1907, o que perdura até os dias atuais. Mediante as duas perspectivas elencadas sobre a formação territorial

do município, Luz (2009) nos apresenta uma linha cronológica que evidencia como se deu, do ponto de vista legal e temporal, esse processo. Portanto, é possível analisar e identificar as diferentes fases, desde a concepção de Anápolis como povoado até a sua condição enquanto cidade. Observe a ilustração 05.

Ilustração 05 – Município de Anápolis/GO: processo de instituição da cidade, 1870-1907



Fonte: Luz (2009, p. 179).

Para Cunha (2009, p. 56), a formação de Anápolis se estrutura com base em três pilares centrais, sendo estes: “[...] 1) a localização geográfica; 2) as condições naturais propícias

ao desenvolvimento agrícola; 3) as questões religiosas (em menor escala), pois estas estavam muito mais associadas aos interesses dos fazendeiros da região em desenvolver comercialmente a localidade que à devoção [...]”. Em consonância, Polonial (1995) também pontua três aspectos que foram favoráveis durante esse processo, lugar no qual ele enfatiza as condições geográficas da região, a vocação comercial e a religiosa. Ao analisar os pontos descritos, é possível inferir que o fator comercial esteve associado diretamente com o desenvolvimento de Anápolis, e não com a sua formação, a qual é amparada circunstancialmente por sua localização espacial (Cunha, 2009).

Dada a sua elevação como cidade, é possível observar que o crescimento populacional e o processo de urbanização, antes ocorridos de modo incipiente, passam a se desenvolver, configurando novos arranjos espaciais. Polonial (2007, p. 27-28) evidencia algumas mudanças e melhorias que o município passa a ter:

Nesse período, tem início na economia do município uma agricultura comercial, bem como o embrião de um promissor comércio urbano. Nessa época, algumas melhorias foram conseguidas como: instalação da primeira agência postal telegráfica (1908); criação da Comarca (1914); inauguração da rodovia Anápolis-Roncador (1920); início do fornecimento de energia elétrica (1924); inauguração do primeiro grupo escolar, que hoje é o Colégio Estadual Antensina Santana (1926); fundação do Hospital Evangélico Goiano (1927).

Isso posto, é possível notar como as primeiras décadas da cidade de Anápolis foram expressivas para a sua estruturação interna. A agricultura, até então de subsistência, assume progressivamente a sua importância na constituição de uma economia local e sólida, sobretudo devido as exportações de produtos primários, como é o caso do arroz e do café. A respeito disso, França (1974, p. 644) aponta que “nos fins da década de 1910 a produção da agricultura do município já se abria à exportação, que há dezenas de anos se limitava ao gado bovino, fumo em rolo e em folha. A agricultura passava a contribuir, para maior volume das vendas e aumento da arrecadação municipal [...]”.

Imigrantes japoneses e italianos que residiam nos municípios de Nerópolis e Nova Veneza, respectivamente, somaram esforços no desenvolvimento da agricultura em Anápolis, principalmente no auxílio às lavouras de arroz e café, contribuindo na diversificação da economia em crescimento (Cunha, 2009). Há de se destacar também a presença dos primeiros povos de origem Síria que se fixaram como comerciantes e inauguraram grandes lojas e armazéns na região.

Os migrantes em geral, oriundos de diferentes estados do país e de outras partes do mundo, influenciaram, drasticamente, na composição da população anapolina. Conforme França (1974, p. 643) “os elementos imigrantes contribuíram com mais de 50% no crescimento do número de habitantes da área municipal, formando uma população essencialmente rural [...] a grande maioria começou a chegar a partir do segundo decênio deste século”. Em escala nacional, destacamos migrantes da região Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e do Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí).

A migração passou a influenciar no aumento da população no início do século XX, assim como é possível observar na Tabela 01, em que França (1974) destaca essa situação entre os anos de 1900 a 1935.

Tabela 01 – Crescimento da população do município: 1900 – 1935

Períodos	Incremento do cresc. Natural	%	Crescimento Real	%	Incremento das Imigrações	%
1900 - 1920	3.300	47,5	9.741	154,4	6.441	52,5
1921 - 1935	7.560	52,8	17340	108,1	9,780	51,2

Fonte: França (1974, p. 643).

Diante desse contexto migratório, bem como os avanços que aconteciam no município em virtude das alterações no modo de produção, Dias (2011) afirma que todo esse processo de transição dos cultivos de subsistência que deram lugar ao plantio comercial foi favorecido pela chegada dos trilhos à cidade. Desse momento em diante o plantio do café passou a assumir maior destaque, tornando a cidade uma das principais produtoras. Para Castro (2004, p. 14),

Anápolis desenvolveu a cultura de café devido à influência de imigrantes italianos e foi a primeira cultura a visar mercado nacional e internacional. Sua produção trouxe prosperidade para cidade; surgiram as primeiras máquinas de beneficiar provocando aceleração da urbanização do município [...], foi o café o grande suporte econômico nas primeiras décadas do século XX dinamizando a economia anapolina e permitindo uma acumulação de capital para ser tempos depois transferidos à indústria, ao comércio e as finanças

Em pouco tempo a cidade passa a se configurar como centro de atração e dinamismo econômico no estado de Goiás. Como já mencionado, com a chegada da ferrovia, inaugurada em 1935, decorrente da expansão capitalista em meados do século XX, que visava promover o

escoamento de boa parte da produção para os portos do país, é possível afirmar que Goiás passa a inserir e projetar a sua economia local na esfera nacional. Em relação ao dinamismo econômico promovido pela ferrovia, França (1986, p. 120) afirma que

Em 14/07/1935, partia de Anápolis a primeira composição ferroviária, levando sete vagões carregados com 1, 916 sacas de arroz e café rumo a Araguari, ponto de conexão com a estrada de ferro da Mogiana. A Vila de Antas conquistara, definitivamente, a posição de cidade e a condição básica de desenvolver-se como centro regional de comércio e prestação de serviços.

Anápolis, portanto, passa a compor parte da economia nacional, pois os trilhos traziam consigo o desenvolvimento urbano e econômico, atraindo então maior contingente populacional para a região. Com esse novo impulso, o município passa a se expandir, inicia-se a construção de diversas casas e estabelecimentos comerciais, assim como a reforma de prédios mais antigos (públicos e privados). Além das construções que se firmavam na área central, a cidade começa a se expandir para a região norte, ampliando-se e inaugurando novos bairros.

Polonial (2000) afirma que os processos de compra e venda se intensificaram e dinamizaram a economia local, tornando a novíssima Anápolis em um centro comercial do estado e com grande potencial de crescimento. Frente a isso, é de grande importância, buscarmos evidenciar a forma como a cidade foi se expandindo, tanto em termos econômicos, quanto espaciais, integrando novos arranjos e projetando diferentes feições ao território anapolino no decorrer dos anos.

1.2 ANÁPOLIS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E ESPACIAL

Para Luz (2010, s./p.), é possível identificar três períodos marcantes e de grande importância na trajetória evolutiva da cidade de Anápolis. A geógrafa os descreve da seguinte maneira:

[...] o primeiro compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do XX, marcado pela expansão das fronteiras agrícolas e a ruptura do relativo isolamento de Goiás em relação aos centros dinâmicos da economia nacional, além do processo de edificação de Goiânia; o segundo, inicia-se com a chegada da ferrovia, Estrada de Ferro Goiás, em 1935 e encerra-se na década de 1960 com a construção de Brasília, quando impactou o desenvolvimento local a abertura da rodovia Belém-Brasília; o terceiro se desenvolve a partir da década de 1960 e alcança o século XXI, caracterizado pela diversificação da economia local por meio do desenvolvimento comercial e industrial (Luz, 2001).

Conforme exposto pela autora, enfatiza-se no primeiro período a relevância e impacto que Goiânia exerceu na dinâmica regional, capital fundada em meio a debates distintos e que se apresenta como representação da modernidade, vista também como sinônimo de progresso para Goiás. De acordo com Santos (1999, p. 99) “[...] Goiânia abriu grandes oportunidades para economia anapolina, pois foi o comércio de bens manufaturados e atividades industriais de processamento de madeira e argila, que garantiram o suprimento de grande parte das necessidades, nas obras de edificação da nova capital”. Além disso, a abertura da rodovia que liga essas duas cidades, construída entre 1936 e 1939, contribuiu para uma maior aproximação política e econômica dos municípios.

Considerada, por diferentes fatores (geográficos, logísticos, dentre outros), a principal cidade de Goiás no início do Século XX, Anápolis, conforme Waibel (1979), deveria ter sido escolhida como a capital estadual. Inicialmente é possível verificar em Anápolis os benefícios da construção e transferência da capital para Goiânia, porém, gradativamente a nova cidade se fortalecia em relação a outras do estado, que a princípio não significava ameaça para o município vizinho. Faissol (1952) discorre sobre os dois municípios, demarcando suas aproximações e individualidades.

São as duas mais importantes cidades do Estado, tanto pela sua função como pela sua população. Anápolis é a capital econômica e Goiânia é a capital político-administrativa. Anápolis é um centro de ligações ferroviárias entre o norte e o sul. Goiânia é o centro das ligações rodoviárias entre o sul e o centro-sul e norte. As duas cidades não são rivais, embora estejam muito próximas uma da outra; ao contrário elas são complementares pela sua função e pela posição de cada uma delas em relação ao conjunto do Estado (Faissol, 1952, p. 57).

Embora suas particularidades fossem notáveis, na medida em que Goiânia se desenvolvia, firmando-se como o centro administrativo e comercial de Goiás, Anápolis começava a sofrer com essa projeção, perdendo seu posto como principal cidade do estado. No entanto, outro marco importante para Anápolis, destacado no segundo período apresentado por Luz (2010) diz respeito à ferrovia que, para Cunha (2009) a mesma se inicia uma maior integração com a região Sudeste, mesmo que de forma gradativa, processo marcado por continuidades e descontinuidades em decorrência de alguns fatores políticos da época. Nesse ponto, cabe ressaltar o importante papel que a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) teve para a reinserção de Anápolis na esfera nacional.

No ano de 1941 foi implementado em Goiás, na região em que hoje se constitui a cidade de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional (ilustração 06). A CANG se estabelece, segundo

Castilho (2012), como uma “frente pioneira”, resultante das políticas expansionistas do governo de Getúlio Vargas, que se pautava no assentamento de pequenos produtores familiares. Esse modelo, implementado em algumas regiões do país, representava sumariamente a expansão socioespacial do capitalismo no país.

Ilustração 06: Fotografia – Colônia Agrícola Nacional (CANG), 1941



Disponível em: <https://ceres.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 5 set. 2022.

A respeito da CANG, Dias (2011, p. 60-61) relata que

O local para instalação da CANG, foi escolhido devido as terras férteis do Mato Grosso Goiano e a proximidade que a Colônia teria da cidade de Anápolis, já que o município era considerado o mais importante centro comercial de Goiás, pois desde 1935 se ligava ao sudeste brasileiro através da ferrovia, o que tornava possível a comercialização de produtos e a implantação de uma ocupação voltada para a economia de mercado. Nesse sentido, o escoamento de mercadorias deveria estar garantido, o que permitiu o bom andamento da produção na colônia, o que foi feito via Anápolis, porém a CANG não teve o sucesso desejado devido a uma série de fatores estruturais como não cumprimento dos incentivos governamentais prometidos aos colonos.

Mesmo não tendo obtido êxito conforme esperado, a CANG “[...] ratificou a posição de Anápolis como frente de sustentação e colonização para as novas áreas de expansão agrícola, além de ter reforçado o caráter de entreposto comercial” (Cunha, 2009, p. 67). A autora pontua que a expansão agrícola em direção ao norte do estado passa a contribuir para o

desenvolvimento do centro atacadista em Anápolis, uma vez que o varejo já se configurava como algo consolidado, seja em decorrência dos produtos de manufatura oriundos da região Sudeste, ou mesmo por parte daqueles vindos da indústria local, embora ainda incipiente.

Além da CANG, e o seu papel de agente fortalecedor e progressista para Anápolis, outro importante marco temporal e espacial contribuiu para o avanço do município, trata-se da edificação de Brasília e a transferência da capital federal para o planalto central do país. Resultado da política de colonização, povoamento e desenvolvimento do interior do Brasil, a chamada “Marcha para o oeste”⁴, em seu plano de infraestrutura, tinha como meta central a construção de Brasília, o que se iniciou em 1957, estendendo-se até 1960, quando então foi inaugurada a nova capital, mesmo ainda inacabada.

Ao partir de um princípio analógico, infere-se que a construção de Brasília na década de 1950 atuou no mesmo princípio da construção de Goiânia, em meados de 1930, em relação ao grau de influência para Anápolis. Nas palavras de Luz (2001, p. 62), a autora pontua que “durante os primeiros anos da construção de Brasília, Anápolis, através de sua rede de serviços e comércio, funcionava como base de abastecimento e apoio para os trabalhadores, técnicos e demais pessoas envolvidas no projeto”. Afinal, no período da construção da nova capital, o principal meio de transporte era o ferroviário, local eram transportados tanto as mercadorias ou pessoas que vinha em direção ao planalto central brasileiro (ver ilustração 07). O município foi, portanto, pela segunda vez, uma cidade suporte para a construção de outra capital, afinal, “[...] Anápolis era a estação ferroviária mais próxima da área de construção da nova capital, era para ela que afluía a maioria das mercadorias e pessoas que se destinavam à nova capital que surgia no Planalto Central” (Freitas, 2007, p. 37).

Estevam (1998) afirma que diante da edificação da nova capital do país, na região do planalto central, foi promovido um movimento de reorganização e reestruturação, tanto a nível social quanto econômico, no interior do Brasil, sobretudo no que tange a obra (marcada por traços modernistas) e o sistema de infraestrutura de transportes. Esse melhoramento no setor de transportes ainda iria contribuir com a região do planalto central, visto que essa passava a

⁴ Fecundada ainda no governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), essa política objetivava o desenvolvimento e integração da região Centro-Oeste do Brasil. Elas apresentavam neste período uma baixa densidade demográfica, assim como números pouco expressivos na dinâmica econômica nacional, situação diferente do que ocorria no litoral do país. Diante disso, observa-se que os princípios centrais dessa política foram retomados no plano de governo de Juscelino Kubitschek, dentre os anos de 1956 a 1961, que com seu discurso altamente desenvolvimentista assumiu como slogan de campanha a expressão “50 anos em 5”. Assim, pretendia promover o avanço do país que poderia se estender por cinco décadas em apenas cinco anos, gestão audaciosa e que resultou, por meio do seu “plano de metas” na construção de Brasília e consequente mudança da capital do Brasil. Há de se destacar que esse período foi marcado pelo intenso fluxo de migrantes de outras regiões para o Centro-Oeste, de sobremaneira advindos do Nordeste.

ser a “grande fronteira agrícola brasileira em expansão” (Estevam, 1998, p. 96). Além disso, por se tratar de uma área central do país, ainda com baixo nível de desenvolvimento, Brasília também passa a evidenciar uma nova roupagem na paisagem local, especialmente pelo estilo arquitetônico inovador seguindo princípios modernistas, com traços únicos e que se destacava em comparação às demais construções existentes na região.

Ilustração 07: Fotografia – Estação ferroviária de Anápolis (1935)



Disponível em: <https://www.dmanapolis.com.br/noticia/4061/anapolis-um-novo-lar-para-diferentes-povos-do-mundo>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Outra contribuição advinda da construção de Brasília para Anápolis, de acordo com Dias (2011) foi a criação da base aérea, a qual tinha como função primária estabelecer a proteção da nova capital federal. Há também, conforme a autora, a contribuição econômica exercida por essa obra em solo anapolino que, ocasionalmente, ampliou o capital que circulava na região. Além disso, a cidade passou a ser uma área de segurança nacional desde o ano de 1969.

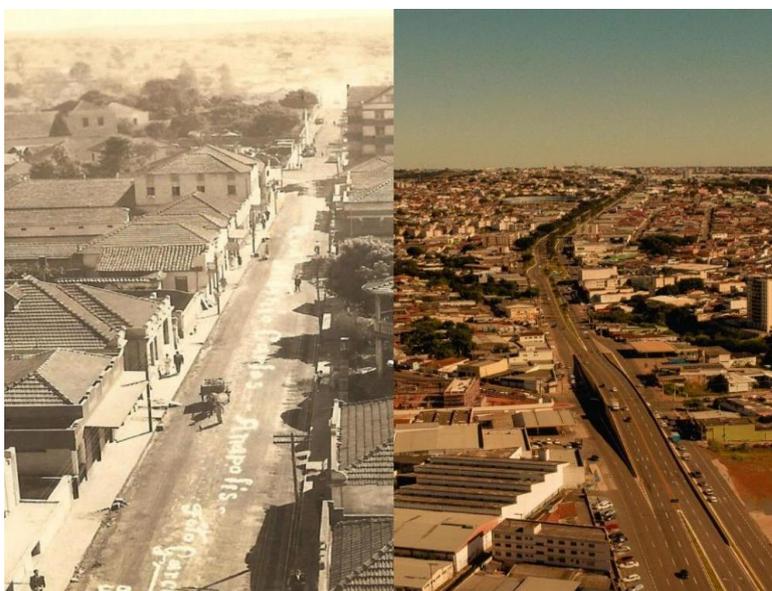
A abertura de novas rodovias, tal como a BR 153, popularmente conhecida como Belém-Brasília, construída entre o fim da década de 1950 e meados de 1960, representou outro

marco temporal importante na trajetória de Anápolis e na dinâmica territorial de Goiás. Essa rodovia significava a ampliação das redes técnicas e consequente intensificação do processo migratório em direção à região Centro-Oeste, o que impulsionou o aumento nas taxas demográficas (Luz, 2010; IBGE, 2021). Dado esse aumento exponencial da população no decorrer dos anos, verifica-se, como consequência, o surgimento de alguns problemas de infraestrutura urbana, conforme expõe Freitas (2007, p. 40)

O crescimento populacional e a expansão urbana trouxeram consigo um aumento dos problemas de infra-estrutura. A cidade não estava preparada para acomodar um contingente populacional tão elevado em constante expansão. Conseqüentemente, problemas envolvendo o abastecimento de água e o sistema de esgotos se agravaram, não obstante as ações administrativas visando à ampliação desses serviços. O fato é que, os investimentos no setor eram sempre insuficientes diante de uma demanda crescente.

Somente a partir da década de 1950 que é inaugurado em Anápolis os sistemas de abastecimento, como de água (1951, ampliado em 1976), esgoto (na transição das décadas de 1980 para 1990) e energia. Em decorrência do crescente processo de expansão da cidade, diferentes vias foram inauguradas, ligando os quatro cantos, de norte a sul e de leste a oeste. Destacam-se algumas das principais avenidas, “como as avenidas Brasil Norte, Jamel Cecílio, Ana Jacinta, além da continuação da Avenida Mato Grosso e a duplicação das avenidas Brasil Sul e Universitária e pavimentação da Avenida Presidente Kennedy” (Freitas, 2007, p. 41-42). A ilustração 08 retrata a Avenida Brasil e as suas mudanças ocorridas no decorrer dos anos.

Ilustração 08: Fotografia – Avenida Brasil, Anápolis (GO)



Disponível em: <https://www.dmanapolis.com.br/noticia/37476/anapolis-115-anos-de-uma-cidade-de-lutas-e-valores>. Acesso em: 10 jul. 2022.

De acordo com Cunha (2009), a principal atividade econômica da cidade, entre os anos de 1950 a 1970, permaneceu sendo a comercial, entretanto, com a crescente competitividade imposta por Goiânia, tanto no cenário intraurbano, quanto inter-regional, foi preciso buscar novos recursos. Para Luz (2001), uma das saídas encontradas pelo município foi o investimento na especialização e modernização do comércio, ampliando para o mercado atacadista. A princípio esse tipo de comércio não passava por distinções em relação ao varejista, mas devido a dinâmica econômica, a especialização de mercado tornou-se algo inerente (Luz, 2001). Para a autora

[...] com a dinamização econômica, após a implantação da ferrovia, os comerciantes passaram a se especializar, os atacadistas foram se encarregando da distribuição e estocagem das mercadorias oriundas de São Paulo, ao mesmo tempo em que armazenavam os produtos locais e os distribuía para o mercado paulista e mineiro (Luz, 2001, p. 71).

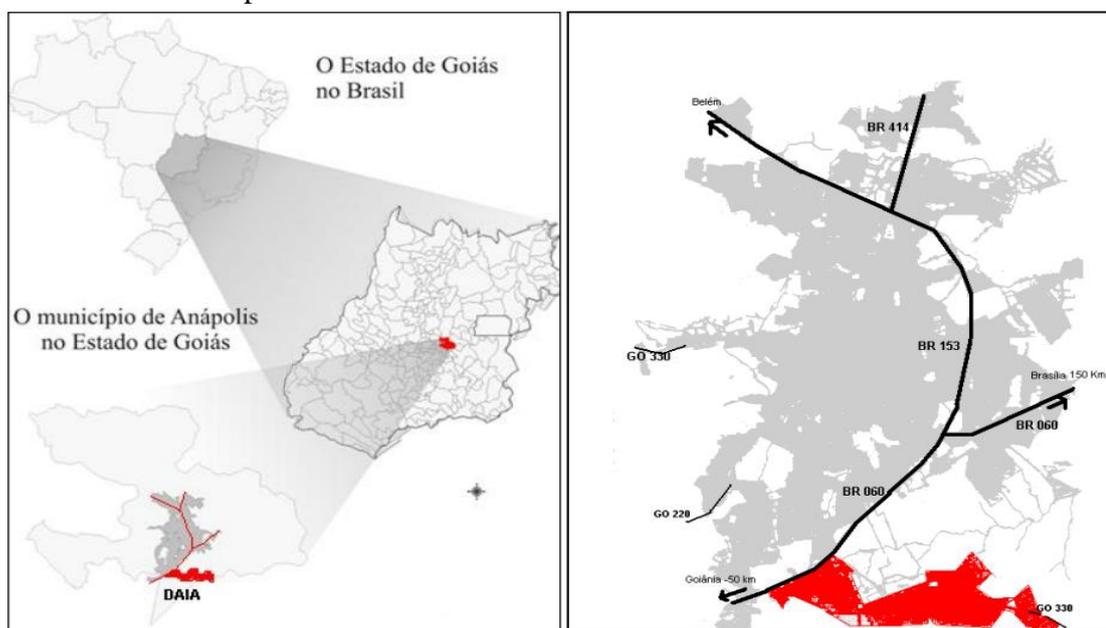
Em virtude de mudanças ocorridas a partir de 1950, como a substituição das ferrovias pelas rodovias, fragilidades na estrutura econômica interna anapolina, bem como a crescente expansão e destaque das capitais vizinhas (Goiânia e Brasília), foi preciso ações no sentido de retomar o desenvolvimento local. Nesse sentido, “[...] a cidade buscou novos caminhos para retomar o seu crescimento; estes caminhos e as dificuldades que surgiram marcam o período iniciado em 1970” (Luz, 2001, p. 62). Esse fator evidencia a relevância da diversificação econômica local e o desenvolvimento, tanto do comércio, quanto da indústria aspectos essenciais para a reinserção de Anápolis no contexto dinâmico e competitivo regional (Luz, 2010).

Conforme Luz (2001), as soluções encontradas foram diversas, perpassaram pela modernização agrícola, com a implementação do DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis); a criação do Porto Seco, implantação da sede da UEG (Universidade Estadual de Goiás) e a elaboração do Plano Diretor do município, além de outras medidas. Para Dias (2011) a implantação do DAIA em 1976 contribuiu com o propósito de mudanças e melhorias, além de potencializar a expansão populacional e urbana. Para Cunha (2009, p. 80) “o setor industrial, a partir de então, passou a ser o setor a receber maiores investimentos, o que contribuiu para transformá-lo na principal atividade de Anápolis e o principal ícone do estado de Goiás”.

Localizado na porção sul da cidade (ilustração 09), o DAIA é o reflexo de uma gama de fatores, dos quais evidenciam-se “[...] o período político-econômico do país, o interesse do Governo de Goiás em promover a industrialização no estado e ainda o esforço da classe dirigente anapolina, somado às vantagens da localização geográfica e a importância

econômica assumida pela cidade ao longo do tempo” (Cunha, 2009, p. 126). Todos esses aspectos destacados evidenciam, mais uma vez, como Anápolis, principalmente por conta de sua posição geográfica, assume destaque (local, regional e nacional) como centro logístico e comercial na esfera goiana.

Ilustração 09: Mapa – Anápolis/GO: projeções da localização da cidade e do Distrito Agroindustrial de Anápolis



Fonte: Freitas (2004 apud DIAS, 2011, p. 74).

Castro (2004, p. 26) expõe a respeito da política de industrialização por meio dos distritos industriais:

A política de industrialização através dos distritos industriais estrategicamente localizados no território goiano buscava concretizar as oportunidades latentes de cada município. E com isso aumentar o nível geral de produtividade da economia oriunda do melhor aproveitamento e transformação das matérias-primas, qualificação e aperfeiçoamento da mão-de-obra e geração de emprego minimizando assim o êxodo rural para os grandes centros como Anápolis, Goiânia e Brasília e, de um modo geral, melhoraria dos níveis de renda e de vida da população do estado.

Assim, a autora afirma que a implementação desses distritos se caracterizava como o modo de aproveitamento das potencialidades locais dos municípios, buscando, portanto, melhorias em suas condições econômicas. O DAIA na cidade de Anápolis era “[...] um sonho acalentado há anos pela classe dirigente. Comprova essa afirmação a idealização da ACIA já em 1936 e a fundação da Associação Industrial de Anápolis em 1958, que tinha como objetivo

promover a união dos empresários em prol do desenvolvimento industrial da cidade” (Cunha, 2009, p. 128). Desse modo, o DAIA, impulsionado pela ACIA (Associação Comercial e Industrial de Anápolis), se figurou como o ponto de partida para a intensificação do processo de industrialização no município, fortalecendo e criando novos meios para a ampliação econômica.

De acordo com Cunha (2009), a exemplo do serviço prestado por meio da ferrovia durante a construção de Brasília, o DAIA, desde a sua concepção, não deixou de se configurar como uma obra destinada ao abastecimento da capital federal, que inicialmente se dava pelos produtos alimentares. Além do que, a localização geográfica de caráter estratégico, “[...] resultante da condição de “nó de comunicação” com o resto do país [...] que outrora lhe permitiu a condição de centro regional de comércio e prestação de serviços, agora fazia de Anápolis a localidade mais adequada para sediar o primeiro distrito” (Cunha, 2009, p. 128, grifos da autora).

Para além do que foi exposto, Cunha (2009, p. 129) ainda acrescenta outro ponto determinante para a inserção do distrito industrial na cidade. Em suas palavras

A indicação de Anápolis para sediar o primeiro distrito industrial do estado também seguiu as orientações de um parecer técnico-econômico da CBPU (Comissão Estadual das Bacias Paraná-Uruguaí) o que resultou como vimos na desativação do projeto da Cidade Industrial projetada para Goiânia. Assim a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), seguindo as orientações da CBPU indicou Anápolis para ser o primeiro município a receber o distrito industrial.

Dias (2011) acrescenta ao enfatizar a representatividade do DAIA para a cidade, projetando-a em uma dimensão macroescalar, e promovendo a atuação da economia global na região, assim como a sua inserção nesse contexto, sobretudo devido a existência de empresas multinacionais. Além disso, o distrito impulsiona a modernização e consequente reestruturação produtiva. Dias (2011, p. 98) assim descreve:

a existência do DAIA viabiliza a atuação da economia global no município, a qual ocorre em um tempo rápido onde são priorizadas a distribuição, circulação e consumo, onde a vida cotidiana encontra meios para se reproduzir, possibilitando assim a conformação de certa centralidade na cidade, possível devido ao acúmulo temporal de elementos espaciais capazes de favorecer a veiculação do processo de modernização e reestruturação produtiva no município, posto que, tais processos necessitam de um campo de atuação propício, que tenha bases necessárias às inovações.

Nesse contexto, outro fator expressivo sobre a economia de Anápolis é o de sua posição central no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, o que, segundo Luz (2010, p. 36), projeta o município nas esferas “multidimensional e multiescalar” (ilustração 10).

Ilustração 10: Mapa – Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília



Fonte: Plano Diretor, Anápolis 2005/2006 (adaptado) (apud DIAS, 2011, p. 18).

O eixo econômico regional promoveu diferentes leituras em relação a sua dinâmica, sobretudo no que concerne a posição de Anápolis como peça central, o elo de interseção entre as regiões metropolitanas. Nesse sentido, evidencia-se a análise realizada por Arrais (2006), na qual o autor pontua que a inserção de Anápolis no eixo, interconectado pela rodovia federal BR 060, se dá, sobretudo, devido a presença do DAIA na cidade, o que contribui para a logística. Desse modo, Arrais (2006, p. 5, grifos do autor) infere que

O discurso sobre o “Eixo de Desenvolvimento Goiânia - Anápolis – Brasília” tem dois pontos de partida: Goiânia, sob o comando do Governo do Estado de Goiás e Brasília

sob o comando do GDF (Governo do Distrito Federal). Os demais municípios, exceção feita à Anápolis, são coadjuvantes, ou melhor, figurantes, estão nas bordas, servem, quando muito, para aumentar as estatísticas populacionais sobre o potencial de consumo e área e para dar idéia de um “eixo” regionalizado, forjando o consenso em torno da integração econômica [...] No caso de Anápolis, com área de influência menor que Goiânia e Brasília, a funcionalidade é dirigida para as características logísticas do município, o que foi favorecido pela presença do parque industrial, com destaque para pólo farmoquímico. [...] A afirmação da função logística foi a forma encontrada para inserir Anápolis no “Eixo de Desenvolvimento Goiânia – Anápolis – Brasília”, uma vez que este município encontra-se como um “nó” entre Goiânia e Brasília.

Ao analisar a estrutura do eixo, considerando especialmente as últimas décadas, é possível afirmar que Anápolis se beneficia dessa relação com as metrópoles vizinhas, o que, segundo Luz (2010) se esclarece em virtude do aumento populacional, ampliação e consolidação econômica do setor industrial. Há, portanto, conforme Dias (2011, p. 97-98), a materialização de um “[...] contínuo urbano e ao mesmo tempo valoriza cada cidade dentro da sua especificidade, porém essa valorização está para além da própria cidade, extrapola a cidade e se estende ao eixo [...]”.

Para tanto, nas palavras de Cunha (2009, p. 204) “a importância assumida por Anápolis no contexto regional, por sua vez, refletiu e impulsionou o crescimento contínuo do município como um todo [...]”. Haja vista, tal relevância pode ser compreendida pela forma como a cidade passou a se constituir como polo de atração de pessoas dos mais variados municípios do entorno, em virtude dos serviços ofertados em seu interior, os quais contribuem circunstancialmente com a população. Tal fator explica a denominação de Anápolis como a primeira capital regional do estado de Goiás, que leva em conta a sua rede de influência em relação a outros municípios (IBGE, 2018).

A importância que Anápolis assumiu no contexto regional, como mencionado por Cunha (2009), teve um impacto profundo no desenvolvimento contínuo do município como um todo. Esse crescimento não apenas transformou a cidade, mas também influenciou a dinâmica da juventude local ao longo da história.

Anápolis passou a se destacar como um polo de atração para jovens de diversos municípios vizinhos devido aos serviços e oportunidades oferecidos em seu interior. Essa atração de jovens de áreas circunvizinhas contribuiu significativamente para a diversificação da população da cidade e influenciou as experiências e práticas sociais e na socialização dos jovens que escolheram viver ou estudar em Anápolis.

Com base nessas informações no capítulo subsequente exploraremos as diferentes concepções da categoria juventude ao longo da história, afim de entender como esses sujeitos

vivenciam e como os jovens configuraram suas práticas espaciais na dimensão da cidade, considerando a influência da posição regional de destaque que a cidade adquiriu.

2 JUVENTUDE(S) E CIDADE(S): APROXIMAÇÕES TEMÁTICAS

“A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social.

Nesse, o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Neste capítulo, enfatiza-se a categoria juventude, no intuito de evidenciar a sua imprecisão. Contudo, antes de qualquer análise é preciso situar que essa categoria está ancorada em um contexto histórico e espacial, o que nos incorre dizer que se trata de uma construção social. Tal imprecisão acerca do conceito está atrelada à dimensão explicativa adotada, a qual pode partir de diferentes critérios, sejam eles biológicos, psicológicos, cronológicos ou sociológicos.

Busca-se pensar a juventude como uma condição social, a qual é limitada e inacessível para alguns setores da sociedade, sobretudo ao considerar os marcadores sociais e econômicos que acabam inferindo e determinando diretamente na vivência juvenil. Na medida em que se pluraliza o conceito, partindo de uma leitura das juventudes, almeja-se refletir sobre os jovens com base nos espaços e tempos em que vivenciam, os quais se distinguem em virtude de contextos sociais, econômicos, políticos e culturais diversificados, inerentes às suas experiências. As juventudes, portanto, se moldam, projetam, criam e recriam suas trajetórias, a depender das vivências que são estabelecidas.

Assim, é imprescindível refletir sobre como os jovens vivenciam e ocupam o espaço das cidades, no intuito de compreender quais são os limites e possibilidades que esses sujeitos se deparam na vida urbana. Tais aspectos são elencados, principalmente por considerarmos a cidade, em sua dimensão real e simbólica, como um campo de disputas, onde os espaços são demarcados e controlados por sujeitos específicos.

2.1 JUVENTUDE(S): NOÇÕES E SIGNIFICADOS MÚLTIPLOS ACERCA DESTA CATEGORIA

Analisar e refletir sobre a categoria juventude, implica-nos pensar um conjunto de relações sociais e históricas que se distinguem, no tempo e no espaço, e que são determinadas

pelas diversas experiências que os indivíduos estabelecem no decorrer de suas trajetórias, o que define o modo de ser desse jovem. Assim, conforme Cassab (2016, p. 66)

A juventude constitui-se como processo, momento determinado e dotado de singularidades e particularidades, condicionado e influenciado pelo espaço, material e simbólico, no qual se desenrola e são produzidas as experiências desse sujeito. Sob esse prisma, a produção do espaço sinaliza para a centralidade do sujeito da ação e de suas experiências de vida. Sujeito e espaço, num movimento imbricado, se instituem mutuamente, evidenciando o espaço como uma dimensão da constituição do próprio sujeito. Bem como as ações desse sujeito, o espaço é permanentemente (re)produzido em suas múltiplas dimensões.

Do ponto de vista cronológico a juventude é delimitada como uma etapa da vida, recorte etário que especifica e determina o sujeito jovem. Essa concepção se fez presente por muito tempo e ainda se estabelece como um marcador objetivo (Barbosa, 2021). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os jovens podem ser definidos como os sujeitos que estão inseridos entre 15 e 24 anos. Já o Estatuto da Juventude, (Brasil, 2013) estabelece que os jovens são as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o documento ainda pondera sobre o entendimento de acerca dos adolescentes e afirma que são os sujeitos com idade entre 15 e 18 anos; entretanto, essa última categorização não é nosso foco de análise.

De fato, a sociedade moderna, a partir da caracterização em faixas etárias, objetivava estabelecer fronteiras naturais entre os sujeitos, um processo cronológico do curso da vida humana. Entretanto, esse modo de institucionalizar o curso da vida, de acordo com o entendimento de Groppo (2017), tornou-se incipiente, especialmente porque os sujeitos não são definidos por faixas etárias, mas por outros fatores (históricos, culturais, econômicos e etc.), os quais determinam seus modos de ser e agir.

É por meio dessa leitura cronológica dos indivíduos que se estabeleceu as noções que associavam os jovens ao “vir a ser”, a perspectivas de projeções sobre o futuro, tanto em nível pessoal, quanto social. Barbosa (2021, s./p.) adverte que “a problemática referente à esta noção de juventude pelo critério etário reside no fato que tal visão recai em um reducionismo biológico ou biopsicológico uma vez que compreende a juventude como elemento universal e natural inerente à vida humana”. Desse modo, essa leitura desconsiderava os fatores individuais, ao entender o jovem como um sujeito padrão, sem que houvesse distinções, particularidades e singularidades.

No entanto, conforme descreve Pais (1990), a noção de juventude não se restringe ao caráter de natureza biológica, implica na interpretação e compreensão de outras dimensões,

seja pela perspectiva sociocultural, ou mesmo histórica, que influenciam, circunstancialmente, no modo de vida desses sujeitos. Dayrell (2003) salienta e explicita que os critérios adotados para se compreender a juventude perpassam fatores históricos e sociais. Daí a dificuldade e impossibilidade de conceituar a juventude como algo concreto e imutável, uma vez que a sociedade é heterogênea e os momentos históricos são diversificados.

Para Groppo (2017), do ponto de vista sociológico, a juventude se constitui como categoria social em virtude de fazer parte da conjuntura e de um imaginário que são de ordem social. Além disso, para o autor citado, essa categoria é histórica na medida em que existe de forma concreta e desponta de uma representação social, haja vista que ela não é reconhecida e constituída em todas as sociedades, sobretudo em detrimento de culturas específicas e que desconsideram essa dimensão dos sujeitos.

Ao analisar as dimensões biológicas e psicológicas acerca da juventude, Groppo (2017, p. 15) expõe que

A noção sociológica da juventude considera que há uma relação complexa entre o fator social e o dado biológico (referente às idades e às transformações orgânicas). Certamente, é difícil e mesmo perigosa a tentativa de determinar de modo puramente biológico a condição juvenil. O mesmo risco continua quando, ao lado dos aspectos biológicos, considera-se o fator psicológico isolado do mundo social ou se afirmar que atuação social dos jovens tem como determinantes únicos os fatores biopsicológicos, naturais, imanentes à condição juvenil.

Desse modo, o autor não descaracteriza os fatores biológicos e psicológicos como sendo necessários para se pensar a juventude, contudo, admite que somente esses não dão conta da dimensão desta categoria. Abramo (1997) corrobora ao afirmar que a faixa etária possui relevância no que concerne o entendimento de juventude, porém, é imprescindível a construção social e cultural que atravessam esses sujeitos e os condicionam frente ao mundo que vivenciam e tecem suas relações.

Há autores, como Groppo (2004), que alegam haver certos períodos em que os estudos da juventude tenderam a aumentar, sobretudo na intenção de atenderem às mudanças ocorridas e construídas historicamente na sociedade. O autor afirma que

Na verdade, existem ciclos, fases em que a preocupação com a juventude é enfatizada. Por exemplo, a partir do final do século XVIII e em todo o século XIX, diversos ciclos de preocupação com a “delinqüência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras se deram, conforme a industrialização e a urbanização iam se aprofundando e se estendendo pelos países da Europa e, logo, para todo o mundo. (Groppo, 2004, p. 4, grifos do autor).

Assim, é possível compreender que na sociedade capitalista industrial a juventude era tida como risco potencial à normalidade aparente. Desse modo, os jovens eram tratados com rigidez na intenção de romper o caráter desviante, que os impulsionava a contestar a ordem social vigente. Além disso, por muito tempo os jovens não recebiam o devido reconhecimento, especialmente por terem que assumir, ainda muito cedo, um conjunto de tarefas e responsabilidades de adultos; para tanto, apenas os filhos de burgueses que gozavam verdadeiramente dessa condição (Oliveira, 2018).

Com relação a isso, Cassab (2011, p. 153) alega que

O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram vistos apenas como uma potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente.

Por conta disso, os jovens, sobretudo os mais pobres, indignados com o contexto vivenciado passaram a contestar a posição e condição que lhes foi negada pela sociedade, o que despontou o surgimento de atos contestatórios. Com isso, em meados do século XX, a juventude, de acordo com Cassab (2011), era elencada como um “problema”, passando a ser tratada como alvo de intervenção e de políticas públicas, na intenção de conter os comportamentos “anormais” para os padrões intrínsecos da época. Para Paula (2013, p. 73) “[...] na década de 1950, a representação social que predominava era a do entendimento da juventude como problemática e transgressora dos padrões sociais, à qual a rebeldia e a delinquência seriam inerentes”.

Nas décadas seguintes surge a concepção de juventude que se opõe ao que foi apresentado anteriormente, que se refere aos jovens como um grupo caracterizado pelo consumismo, alienação e por serem despreocupados, alheios às questões em curso na sociedade. Sobre isso, Paula (2013, p. 73-74) aponta que

Contraditoriamente às décadas anteriores, no final dos anos de 1970 e, sobretudo, na década de 1980, a juventude foi rotulada, principalmente pelos meios de comunicação, como consumista e alienada. Isso se deu, entre outros aspectos e fatores, por ela ser, a partir daquele momento, considerada pelo capital como um mercado consumidor em potencial, para o qual foram criados produtos específicos. Desse modo, a mídia e o mercado criaram culturas juvenis diferenciadas e apropriaram-se delas, pois ser jovem implicava vestir-se, ouvir músicas, andar, falar e consumir de forma diferenciada dos adultos. Por isso mesmo, outra visão da juventude nesse período é a de uma fase da vida dedicada apenas à fruição e ao gozo, sem maiores preocupações.

De acordo com Turra Neto (2008, p. 430), é nesse período que se fortificou “[...] a idéia de que é normal o desconforto e a crise na adolescência, uma crise que levaria a comportamentos momentaneamente desviantes, mas que logo seriam superados pela integração”. Turra Neto (2008) pondera que os grupos formados desempenhavam um papel de integração que dialogava com a noção de “subcultura juvenil”, os quais estavam dentro de uma cultura mais ampla, a própria juventude. Devido a isso, por meio dessa abordagem, a juventude passa a ser compreendida como “[...] elemento de renovação social, ainda que, potencialmente, ela também fosse portadora da ruptura e da radicalidade” (Turra Neto, 2008, p. 430).

Diante desse contexto, criou-se a tendência em homogeneizar os processos e vivências presentes na vida dos jovens, entendendo-os como sujeitos detentores das mesmas oportunidades e condições sociais. Entretanto, Pais (1990, p. 140) afirma que a centralidade que passa a permear o campo da sociologia da juventude busca “[...] explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também - e principalmente - as diferenças sociais que entre eles existem”.

Em detrimento disso, concebe-se, dadas as reflexões sobre o público jovem, o uso do termo “juventudes”, a fim de identificar e designar os sujeitos que estão imersos em realidades distintas e descontínuas, detentores de opiniões diversificadas e assolados por necessidades que lhes são próprias, resultado da condição social, física e material de cada um. Silva e Lopes (2009, p. 92) apontam que tais questões conceberam a necessidade em se criar “[...] uma concepção que pudesse abarcar sentidos múltiplos da juventude, aliás, das juventudes – substantivo no plural - para alcançar uma compreensão mais ampla e fiel com relação às heterogeneidades produzidas pelos coletivos sociais dos jovens”.

Turra Neto (2008, p. 434) pontua que “A abordagem pluralista, mais especificamente, enfatiza os sistemas de interação específicos, em que os/as jovens estão situados, e que interferem em suas trajetórias de vida, de modo que esses/as produzam respostas bastante diversificadas às questões que lhes afligem”. Desse modo, conforme o autor, ao partirmos de uma análise em um único contexto socioespacial é possível se deparar com distintas trajetórias, relações e encontros, atravessados por continuidades ou mesmo por rupturas sociais.

A fim de se se apresentar uma conceituação mais efetiva, Dayrell (2005, p. 34) afirma que

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesmo. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Os jovens [...] constroem modos de ser jovem que apresentam especificidades [...]. Assim, enfatizamos a noção de juventudes, no plural, a fim de enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes

Oliveira (2018, p. 6) acrescenta que “[...] o uso do termo juventudes, não poderia ser mais adequado, pois nos permite compreender a gama de diferenças existentes dentro desse segmento, o que aponta para a necessidade de não se homogeneizar os jovens dentro de uma mesma sociedade [...]”. Com isso, deve-se considerar as suas demandas, a individualidade que cada um apresenta, sobretudo diante de seus espaços de vivência, seus usos, condição social, orientação sexual, dentre outros fatores.

Tal pressuposto reforça a defesa de que a juventude pode e deve ser entendida como uma construção social, conforme salienta Pais (1990). Com isso, ao ser concebido como o resultado de uma determinada sociedade, o jovem é reflexo da maneira como este grupo social o vê e o identifica. Portanto, isso pressupõe desde as imagens criadas sobre esses sujeitos, até o conjunto complexo da diversidade existente, segmentada em classes e demarcada na singularidade de cada jovem.

Em decorrência de se constituir como uma construção social, “[...] a juventude deve ser vista na sua relação com as determinações históricas, sociais e materiais de uma sociedade marcada pela desigualdade entre as classes sociais, o que contribui para a heterogeneidade existente dentro desse segmento” (Oliveira, 2018, p. 6). Diante disso, Pais (1990, p. 149, grifos do autor) complementa afirmando que

[...] quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma *fase de vida*.

Desse modo, Pais (1990) contribui, significativamente, ao passo em que nos possibilita, não só pensar, mas refletir sobre a juventude na sua relação direta com o meio social, assim como o seu dinamismo e complexidade. Com isso, “ser jovem” vai além do condicionador etário, dialoga com a experiência do eu e do outro, expondo suas diferenças, as quais influem na vida dos que por elas são identificados e nominados enquanto jovens. É diante desse contexto que o autor elenca e discorre sobre as duas grandes correntes teóricas para se compreender a juventude: corrente geracional e a corrente classista (Pais, 1990).

A corrente geracional se estrutura em torno da concepção de juventude no que concerne as fases da vida humana, evidenciando a dimensão individual de cada uma delas. Essa corrente pressupõe a existência de uma cultura juvenil⁵, que por sua vez se “oporia à cultura de outras gerações (das gerações «adultas», mais concretamente). Essa oposição poderá assumir diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais, falando-se ora de *socialização contínua* ora de *rupturas, conflitos* ou *crises intergeracionais*” (Pais, 1990, p. 153, grifos do autor).

No que tange a “socialização contínua”, o autor se refere ao fato dos jovens, na medida em que estabelecem o contato com as instituições sociais (escola, família, etc.), interiorizam e reproduzem os valores e normas dos adultos, fator que os condiciona a uma continuidade geracional. Contraditoriamente, os processos de “rupturas” e/ou “crises intergeracionais”, ocorrem nas vezes em que tais crenças e normativas dessas instituições sociais não são internalizadas, gerando descontinuidades e rupturas entre as distintas gerações existentes.

O autor complementa ao afirmar que

Para esta corrente, os indivíduos experimentarão o seu mundo as suas circunstâncias e os seus problemas, *como membros de uma geração*, e não *como membros de uma classe social* (como é defendido pela corrente *classista*). Isto é, para a corrente *geracional*, as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares (Pais, 1990, p. 153-154, grifos do autor).

Portanto, a corrente geracional almeja encontrar os pontos comuns, homogêneos, e que são, definitivamente, voltados a juventude, na tentativa de demonstrar uma “cultura juvenil”, um padrão entre o grupo, de modo a evidenciar essa categoria etária. E, justamente por partir desse princípio, que as críticas a esse modelo são inúmeras, pois na tentativa de homogeneizar um grupo social, perde-se a riqueza da observação e análise dos comportamentos e modos de ser diferenciados e próprios de cada sujeito.

Já a corrente classista, conforme Pais (1990, p. 157), aponta que “[...] a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por mecanismos de reprodução classista, não apenas ao nível da divisão sexual do trabalho, mas também a outros níveis”. Em geral, sendo a mais criticada, essa corrente associa a noção de juventude a uma fase da vida,

⁵ Sobre esse aspecto, Turra Neto (2008, p. 436) afirma que “as culturas juvenis, assim, são conjunturais na medida em que resultam da conexão de trajetórias biográficas num aqui-agora. Ainda que a cultura enquanto referência permaneça, ela também em sua trajetória de transformação (influenciada pela trajetória dos sujeitos que aderem a ela) os sujeitos sociais em processo passam, repassam, voltam ou vão embora, estabelecendo, em sua trajetória, conexões inusitadas em outras redes e lugares da cidade”.

defende que as culturas juvenis devem ser expressas como “culturas de resistência”, criadas em um contexto cultural determinado pelas diferentes relações de classes existentes. Isso posto, “[...] a corrente classista toma a juventude como um conjunto social diversificado, sendo formada por diferentes culturas juvenis, pois pertencem a diversas classes sociais, o que por sua vez se reflete na existência de variadas realidades dentro desse mesmo segmento” (Oliveira, 2018, p. 8).

Assim, por meio das duas correntes abordadas, tanto a geracional, quanto a classista, tem se desenvolvido um referencial em que a maioria das questões ligadas a juventude tem se ancorado nos últimos anos. Com isso, em grande parte, a cultura juvenil se torna subordinada ao “determinismo”, ligando-a numa concepção de “cultura dominante”, ou mesmo a uma “subcultura” (Pais, 1990, p. 160).

Diante disso, Dayrell (2003, p. 42) reforça que

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.

Conforme o autor, a juventude passa por um processo mais amplo e dinâmico de constituição do sujeito jovem como indivíduo social. Esse fenômeno decorre de instâncias individuais ou coletivas, a depender das experiências vividas e compartilhadas socialmente, nos variados espaços e contextos (família, igreja, trabalho e outros), o que influirá em suas escolhas pessoais e na visão de mundo em construção (Paula, 2013). Portanto, “[...] é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém” (Dayrell, 2003, p. 43-44).

Desse modo, é possível afirmar que o sujeito jovem “[...] é influenciado por suas experiências cotidianas, sociais, históricas e espaciais. Além disso, ele é capaz de intervir no mundo em que vive a partir de sua capacidade de percepção e conhecimento, produzindo espacialidades e influenciando outros sujeitos por meio delas” (Paula, 2013, p. 77). Frente a isso, torna-se importante investigar e compreender os jovens, suas práticas espaciais, modos de ser e agir, sobretudo por meio de suas mediações espaço-temporais e histórico-espaciais que determinam e os diferem uns dos outros.

2.2 OS JOVENS E SUAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE

“Para esses jovens, a cidade se constitui como “espaço de diversidade” e também o “lugar onde vivemos e convivemos com várias pessoas” e, por essa razão torna-se “local onde exercemos nossa cidadania nos relacionando com as pessoas”. Nesse sentido, a cidade é “um lugar formado por um grupo de pessoas, ou seja, cidadãos. Onde encontramos muitos pontos interessantes em que conhecemos. É um lugar onde existem direitos e deveres”. Nessas falas encontra-se o quarto sentido dado à cidade. A cidade é vista, por esses jovens, como um espaço de trocas e convivências” (Cassab, 2009, p. 127-128, grifos da autora).

Na busca pela compreensão do conjunto de sentidos e significados que a cidade ocupa enquanto espacialidade, forma, processo e dimensão da vida, sobretudo a vida urbana que lhe é inerente, nos deparamos com diferentes conceitos e reflexões. Contudo, como ponto de partida, optamos pela descrição de Cassab (2009), a qual também não decorre somente da autora, mas das percepções apresentadas pelos jovens participantes de sua pesquisa de doutorado. São diagnósticos, noções e visões que, a princípio, são simples, mas ao mesmo tempo aguçados e que revelam a complexidade de sentido que a cidade denota para cada um, em suas particularidades e conforme suas vivências singulares.

Para Arrais (2018, p. 36), a cidade emerge da “necessidade de reprodução da vida coletiva”, o autor ainda acrescenta que em “decorrência da relação de dependência do agrupamento humano, novas demandas foram criadas a cada momento”. Portanto, a cidade é, por natureza, o reflexo dos complexos processos, práticas, sujeitos e agentes que a produzem, um espaço dinâmico e multifacetado, que se estrutura espacialmente e está atrelado a uma dimensão histórica e temporal. Carlos (2004, p. 15) afirma que [...] a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social [...].

Nesse sentido, dando continuidade a estas reflexões, Carlos (2007) considera a cidade como um lócus de conflitos, continuidades (e também discontinuidades) e renovações. A autora analisa que todo esse conjunto arquitetônico trata-se, portanto, do

[...] lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente porque se perde nas formas sempre tão fluídas e móveis (Carlos, 2007, p. 83).

Desse modo, mediante as compreensões da autora, a cidade é um palco do reconhecimento, da identificação espacial que os sujeitos estabelecem, o que decorre de suas

próprias ações sobre esse lugar. Em consonância, Paula e Pires (2013, p. 88) afirmam que “[...] pode ser entendida como obra e produto das relações sociais, que são construídas e materializadas no espaço urbano”. Esse conjunto de relações expressam, especialmente, a complexidade desse espaço, fruto de ações e processos implementados por diferentes agentes sociais.

Ainda sobre a cidade, Cavalcanti (2013, p. 77) acrescenta que “[...] desde as últimas décadas do século XX, tem sido produzida para atender às demandas da sociedade: global, informatizada e midiática; mas também ela é composta por diferentes sujeitos, diferentes grupos humanos, que realizam práticas e comportamentos urbanos diversos”. Esse entendimento perdura até os dias atuais e avança, principalmente ao pensar as grandes cidades que ficam cada vez mais conectadas, espaços em que a tecnologia se manifesta e passa também a configurar o modo como as relações sociais se constituem. Desse modo, “a cidade é, pois, um espaço multicultural, é o lugar da copresença, da coexistência” (Cavalcanti, 2013, p. 77).

Conforme Carlos (2004), no contexto de produção social da cidade, desenvolve-se uma contraposição de ideias entre a “(re)produção do espaço”, que reflete os interesses e forças do capital e do Estado, e a “(re)produção da vida”, que considera todo o tecido social, bem como a constituição do ser humano nesse ambiente. Diante desse embate, criam-se novas relações sociais, que geram, portanto, novos cotidianos.

Para Cavalcanti (2007) a cidade é um ambiente complexo, lugar da produção social, da dimensão da vida, seja ela pública ou privada. Desse modo, configura-se como um espaço “[...] de contato, de resistência e de exclusão, em que há manifestação de diferentes percepções, usos, culturas e aspirações de distintos grupos, em seus espaços públicos e privados” (Cavalcanti, 2007, p. 25). Portanto, a cidade assume a perspectiva de território(s), na medida em que é apropriada por diferentes grupos, demarcando suas territorialidades e atribuindo novas fisionomias ao espaço urbano.

Dayrell (2007), ao discutir sobre a relevância da mobilidade e dos laços de sociabilidade no âmbito da cidade, especialmente por parte dos jovens, evidencia os fatores que contribuem para a constituição da condição juvenil. Conforme o autor,

[...] Para muitos desses jovens, a vida constitui-se no movimento, em um trânsito constante entre os espaços e tempos institucionais, da obrigação, da norma e da prescrição, e aqueles intersticiais, nos quais predominam a sociabilidade, os ritos e símbolos próprios, o prazer. É nesse percurso, marcado pela transitoriedade, que vão se delineando as trajetórias para a vida adulta. É nesse movimento que se fazem, construindo modos próprios de ser jovem (Dayrell, 2007, p. 1113).

No interim dessas relações que são resultantes de suas trajetórias, Cassab (2010) afirma que os jovens possuem experiências cotidianas desiguais, pois também não detém essa condição de similaridade, os processos de distinções, desigualdades e diferenciações limitam o uso e apropriação desse espaço por esses sujeitos. Conforme esses jovens sofrem com essas limitações impostas, sobretudo de natureza econômica, alimentadas pela divisão social de classes, eles acabam tendo o seu “direito à cidade”⁶ restrito, distanciando-os da possibilidade de seu uso e participação na vida política e social desse espaço.

Mediante a impossibilidade do jovem em vivenciar a cidade de forma completa, ele acaba tendo a sua liberdade negada, fator primordial para se estabelecer relações mais profundas e experienciar o espaço, conforme enfatiza Arendt (2008). Para a autora

Só se pode ver e experimentar o mundo tal como ele é “realmente” é, entendendo-o como algo que é compartilhado por muitas pessoas, que está entre elas, que as espera e as une, revelando-se de modo diverso a cada uma, enfim, que só é compreensível na medida em que muitas pessoas possam falar sobre ele e trocar opiniões e perspectivas em mútua contraposição. Somente a liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala (Arendt, 2008, p. 158, grifos da autora).

Com isso, Dayrell (1996, p. 13) acrescenta alegando que os jovens “[...] se apropriam dos espaços, que a rigor não lhes pertencem, recriando neles novos sentidos e suas próprias formas de sociabilidade”. Assim, compreende-se que esses sujeitos são, notadamente, produtores do espaço urbano, sobretudo por atribuírem sentidos e significados em seu processo de apropriação, em suas práticas espaciais. Paula e Pires (2013, p. 89) complementam, afirmando que essa construção se dá em detrimento da “[...] projeção concreta desses sujeitos no espaço urbano, por meio da materialização de suas práticas espaciais cotidianas – que são ações espaciais rotineiras próprias dos jovens, marcadas por representações, símbolos, interesses, relações sociais e culturais [...]”.

No bojo dessa discussão, Paula (2013, p. 77) considera que “[...] a juventude é parte de um processo mais amplo de constituição do próprio jovem como sujeito social, que ocorre de forma individual e coletiva, na medida em que ele vive e compartilha experiências com

⁶ Para Cavalcanti (2008, p. 83, grifos da autora) “Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar “globalizada”, ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços. A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo a suas particularidades e diferenças. Trata-se de defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática, que busca conciliar interesses e ações de uma ordem socioeconômica mais geral com os interesses e ações mais imediatos e elementares, nem por isso menos importantes para a vida humana, do cotidiano de seus moradores”.

outros sujeitos sociais, nos mais variados espaços e contextos possíveis [...]”. Isto é, a constituição da juventude perpassa, para além das perspectivas individuais, uma dimensão coletiva e relacional, que independe de onde isso possa acontecer.

O modo de ser jovem passa a ser circunscrito por um conjunto de mediações que atravessam e imputam a maneira como esse indivíduo se apropria das suas experiências e os significados que ele atribui as relações com outros e com ele mesmo (Cassab, 2019). Nesse campo de mediações que perpassam a vida desses jovens, é possível considerar que, grande parte, ou mesmo todas, são definidas pela estrutura social em que eles estão inseridos, as quais marcam a forma como as suas vivências se dão espacialmente.

Geograficamente e socialmente falando o espaço se constitui como instância e dimensão primária para a vida, onde as pessoas se organizam e relacionam-se mutuamente, bem como instituem e desenvolvem a sua força de trabalho. Tal concepção vai ao encontro da lógica relacional entre sociedade e espaço, em que um incide sobre o outro, especialmente ao pensar o indivíduo como agente que produz e configura o espaço, modificando-o constantemente e assim também sendo modificado por ele. Para Cassab (2019, s./p.) “[...] os sujeitos, em suas diferentes relações, que produzem o espaço em um movimento sempre conflitante e conflituoso, em que ao se produzirem, realizam também o espaço como elemento condicionante à sua (re)produção”.

Acerca dessa relação entre os jovens e a sua dimensão espacial, Cassab (2019, s./p., grifos da autora) analisa que

os jovens, mediante suas práticas e vivências, vão cotidianamente produzindo e (re)organizando o espaço e a si mesmos. Ou seja: *pari passu* a produção espacial, eles vão se constituindo como sujeitos e vivendo sua juventude também como condicionante espacial. A produção do espaço – como relação social – é, simultaneamente, a produção do próprio sujeito jovem e de sua forma de viver a juventude. Essa experiência espacial implica a presença efetiva do sujeito no espaço e que, em primeiro lugar, é uma vivência corpórea.

Com isso, de acordo com a autora, a prática espacial se apresenta como resultado de uma percepção das sensações somáticas do corpo desse sujeito em detrimento ao ambiente em que se encontra inserido. Assim, o corpo é um componente ativo no espaço, pois, mediante as suas mudanças por diferentes lugares, seja no sentido de se fixar ou não, ele se apropria e cria seus laços sensoriais e de pertença. Nesse sentido, conforme Cassab (2019), para além do movimento de trânsito constante, os jovens vão produzindo e definindo seus espaços por meio de suas manifestações e expressões, as quais caracterizam e individualizam esses sujeitos,

principalmente ao considerar essas ações como o resultado de um contexto histórico e sociocultural.

No que tange a vivência concreta dos jovens na cidade, assim como a sua ação, Cassab (2009, p. 207, grifos da autora) aponta que é preciso

Viver a cidade estando de fato nela, construindo e ampliando seus territórios usados, desnaturalizando as forças que promovem a distinção territorial desses jovens, ampliando a co-existência e, conseqüentemente, a política, identificando os vínculos entre as representações sobre os jovens pobres, sobre o espaço e sobre as práticas que promovem os arranjos espaciais da cidade é condição *sinequa non* para a ação.

Diante disso, a autora ainda pondera acerca dos jovens pertencentes de baixa renda e da sua dificuldade de estabelecer seus usos do espaço urbano, da negação de direitos e de sua própria cidadania. Assim, ela adverte:

Mas se os jovens pobres vivem a cidade de forma restrita e desigual, suas chances de realizar ou influenciar a ação, o público e a própria política são ínfimas. Inversamente, a possibilidade de ampliar seus territórios usados, através do maior e mais amplo acesso à cidade, pela via de sua efetiva apropriação, possibilita caminhar em direção a uma cidadania plena. O que, por sua vez, significa tornar esses sujeitos – os jovens e, em especial, os jovens pobres – visíveis e corporificados de direitos (Cassab, 2009, p. 207-208).

Para tanto, é impossível refletir sobre os jovens e a sua vivência na cidade, sem antes considerar a classe social em que estão inseridos, pois esse fator determina de forma direta ou indireta a sua condição de vida, anseios, perspectivas e possibilidades nesse espaço. Além do mais, para que os jovens possam expandir o seu campo de ação e luta pelo direito à cidade, precisam, antes de mais nada, estabelecerem meios de ampliar os seus territórios de uso, criando possibilidades para atuarem, lutando pela sua condição de exercerem sua cidadania.

O entendimento acerca da cidadania subentende a existência de direitos que ultrapassam e não se limitam ao mero entendimento do voto, das escolhas políticas realizadas pelos indivíduos. Refere-se a processos mais complexos e que infundem pela noção dos direitos desde a sua concepção, até sua vivência, tornando a cidadania algo que se encontra em constante processo de mudanças, uma reflexão consciente sobre os direitos de cada um, buscando sempre primar pela sua soberania.

Em busca de contribuir com essa concepção de cidadania, partimos do entendimento apresentado por Barbosa (2008, s./p.), no qual ele afirma que a

[...] cidadania pode ser definida como arte de viver com outros – diferentes de nós mesmos – mas que compartilham os mesmos direitos à vida e à felicidade. Compartilhar é atribuir significado às nossas idéias e práticas, assim como ter uma existência fundada em relações múltiplas - materiais e simbólicas - que nos vinculam e o nosso ser e estar no mundo. Compartilhar é habitar uma mesma morada, um mesmo espaço comum.

Portanto, nessa perspectiva, a cidadania também compreende o modo como as relações estabelecidas e desenvolvidas entre os sujeitos passam por alterações conforme as trocas e vivências empreendidas no mesmo espaço. Somente assim é possível tomar consciência da importância dos jovens, enquanto cidadãos, e de sua necessidade em experimentar a cidade e sua dinâmica, tornando-a o seu território de uso e apropriação. Conforme Barbosa (2008, s./p.) “[...] a sociedade ao se apropriar e fazer uso de um território compartilha o domínio das condições de produção e reprodução da vida. O território significa a constituição necessária de laços que se definem pela apropriação e uso das condições materiais [...]”, simbólicas, estéticas e culturais, dando sentido e significado a sociedade em geral.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade em refletir sobre a condição juvenil dos jovens, pois embora se constituam como detentores de seus direitos, experimentam em seu cotidiano a privação dos mesmos, sobretudo devido a sua inserção em um espaço incerto e projetado por utopias. Afinal, para Barbosa (2021, s./p.) “o fenômeno das juventudes contemporâneas refere-se aos antagonismos, contradições, limites e possibilidades presente na complexa teia que constitui os jovens desse tempo e espaço histórico”.

A discussão do presente capítulo, nos chama atenção e para a realidade dos jovens, que, apesar de serem detentores de direitos, muitas vezes enfrentam alguns níveis de privações, especialmente devido à incerteza que envolve o espaço que habitam e que é moldado por utopias. Dessa forma, próximo capítulo se debruçará sobre as reflexões de como a juventude contemporânea se relaciona com o ambiente escolar e como esse espaço desempenha um papel fundamental em suas vidas em termos de sociabilidades e transição.

3 OS JOVENS ESCOLARES E SUAS ESPACIALIDADES EM ANÁPOLIS

Neste capítulo, objetiva-se realizar uma leitura sobre os jovens escolares, considerando seus diversos contextos sociais, culturais e espaciais. Busca-se destacar a importância fundamental do espaço e das espacialidades na construção da identidade e experiência dos jovens, bem como seu impacto na socialização e desenvolvimento pessoal. A escola representa um espaço privilegiado para a socialização juvenil, no qual os jovens interagem com pares, professores e instituições. As espacialidades escolares influenciam diretamente na formação de identidades, valores e atitudes.

A discussão buscará responder às seguintes questões: Como o espaço escolar afeta a socialização dos jovens? Quais são os principais fatores que influenciam a construção da identidade juvenil na escola? De que forma a escola promove ou limita a expressão juvenil? E como os conceitos de socialização se relacionam com as experiências dos jovens escolares?

3.1 JOVENS ESCOLARES E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS ESPACIAIS

“Na frequência cotidiana à escola, o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços que, como vimos, constituem uma determinada condição juvenil que vai influenciar, e muito, a sua experiência escolar e os sentidos atribuídos a ela. Por outro lado, a escola que ele frequenta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea. Podemos afirmar que a unidade escolar apresenta-se como um espaço peculiar que articula diferentes dimensões. Institucionalmente, é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos” (Dayrell, 2007, p. 1118).

A educação é um processo intrinsecamente ligado ao ambiente em que ocorre, o qual, do ponto de vista formal, é a escola. A interação entre os jovens em fase escolar e seus contextos espaciais desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses indivíduos. A escola é um local de encontro dos jovens e tem um papel determinante nas suas vidas, onde a formação do ambiente contribui para adequação de atividades que os jovens podem exercer.

A conjuntura espacial exerce uma influência profunda na vida dos jovens. A qualidade do ambiente físico, a dinâmica social, e a integração de elementos culturais no processo educacional são fatores determinantes para o desenvolvimento holístico dos mesmos. Compreender e valorizar esse contexto são essenciais para promover uma educação, e as necessidades individuais de cada jovem. Assim, de acordo com Frémont (1976, p. 242) o espaço vivido “é o local cotidiano onde estabelecemos nossas relações humanas, onde criamos os laços

afetivos, emocionais, sociais, onde surgem os significados”. O autor esclarece que o ser humano necessita de contextos significativos, em que a socialização e integração nestes ambientes se tornam um aspecto fundamental no desenvolvimento. Para além das condições técnicas, existem outras características associadas ao espaço construído que afetam os comportamentos dos jovens e os processos de aprendizagem, sobre as quais é mais difícil obter conclusões precisas.

Para Callai (2001, p. 34) o espaço humano deve ser estudado, mas este humano “como indivíduo social capaz de construir sua história, a sua sociedade, o seu espaço”. A socialização é, portanto, o processo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimento, valores, normas e comportamentos que são fundamentais para a sua integração na sociedade. A escola é um dos principais ambientes em que a socialização ocorre, desempenhando um papel crucial na preparação dos jovens para interagir com o mundo exterior.

A escola é um espaço em que os sujeitos adquirem habilidades sociais, exploram identidades e valores, e interagem com diversos agentes de socialização. Entende-se assim que os jovens ao se inserirem nesse ambiente “[...] constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios [...] ao construírem geografia, constroem também conhecimentos sobre o que produzem, conhecimentos que são geográficos” (Cavalcanti, 2012, p. 45).

Um fato que mostra o impacto do ambiente construído na escola é a criação da identidade do aluno em seu interior. Se considerarmos as implicações da relação dos jovens com o ambiente construído para a formação da sua identidade, é possível dizer que se estabelece um sentido de pertença e participação. As disparidades socioeconômicas entre eles criam uma reflexão sobre as necessidades, delimitando diferentes fatores, podendo criar desigualdades significativas no acesso aos recursos educacionais e oportunidades de aprendizado. Além disso, a infraestrutura das escolas e a qualidade dos ambientes de ensino variam amplamente, afetando a capacidade da educação que os estudantes recebem.

A dinâmica social nas escolas muitas vezes apresenta desafios significativos, a exemplo da qualidade de infraestrutura, o que tem efeito significativo na assiduidade e desistência dos alunos, ou seja, sua permanência e uso. Problemas com a socialização, pressão para se encaixar em grupos específicos e a ocorrência de conflitos interpessoais são apenas alguns das situações que os estudantes enfrentam; tais desafios podem influenciar no desenvolvimento emocional e psicológico destes jovens.

A procura por um entendimento comum não é fácil, pode não ser um problema ágil de se resolver, essas barreiras podem variar amplamente, desde desafios financeiros, como a

falta de recursos para transporte ou uniformes, até problemas de saúde que dificultam sua presença constante na sala de aula. Além disso, a distância geográfica entre a casa e a escola, bem como a falta de infraestrutura adequada em algumas áreas, como estradas precárias ou transporte público insuficiente, também podem tornar a jornada para a escola uma tarefa árdua. Para Woolner et al (2007, p. 233)

Diferentes assunções defendidas entre dois grupos de profissionais podem conduzir a conflitos e indefere. Por exemplo: barulho/ruído, organização espacial, cores, materiais, mobília, equipamentos, contexto urbano, segurança. indefinição de objetivos para os edifícios escolares, mesmo quando há determinação em realizar uma comunicação efetiva e encontrar um entendimento comum.

Devido a esses processos, esses jovens veem suas formas sociais como um tesouro de experiências culturais, em que a diversidade e a solidariedade são valores fundamentais. Eles reconhecem a importância de enfrentar desafios e, ao fazê-los, desenvolvem uma força interior que os prepara para o futuro. Mas segundo Woolner et al (2007, p. 234) “os processos participativos que envolvem a comunidade educativa nem sempre são bem sucedidos, são normalmente processos complexos, levam algum tempo a ser desenvolvidos e podem originar frustrações e sensações de perda de tempo por parte dos envolvidos”.

Neste sentido, as metodologias participativas devem ser flexíveis e adaptáveis às realidades locais, levar em conta a complexidade e diversidade dos contextos. Um exemplo neste caso é a evasão escolar, sendo importante reconhecer que não apenas limitam as perspectivas de futuro dos jovens, mas também tem impactos negativos na sociedade como um todo. A educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma nação, e a evasão pode perpetuar ciclos de pobreza e desigualdade. Um dos fatores mais comuns que contribuem para a evasão é a falta de acesso a uma educação de qualidade. Em muitos lugares, escolas inadequadas, falta de professores qualificados, falta de recursos educacionais e instalações precárias podem desencorajar os alunos a continuar frequentando as aulas. Além disso, a pobreza e a necessidade de contribuir para a renda familiar podem forçar os jovens a abandonar a escola em busca de trabalho.

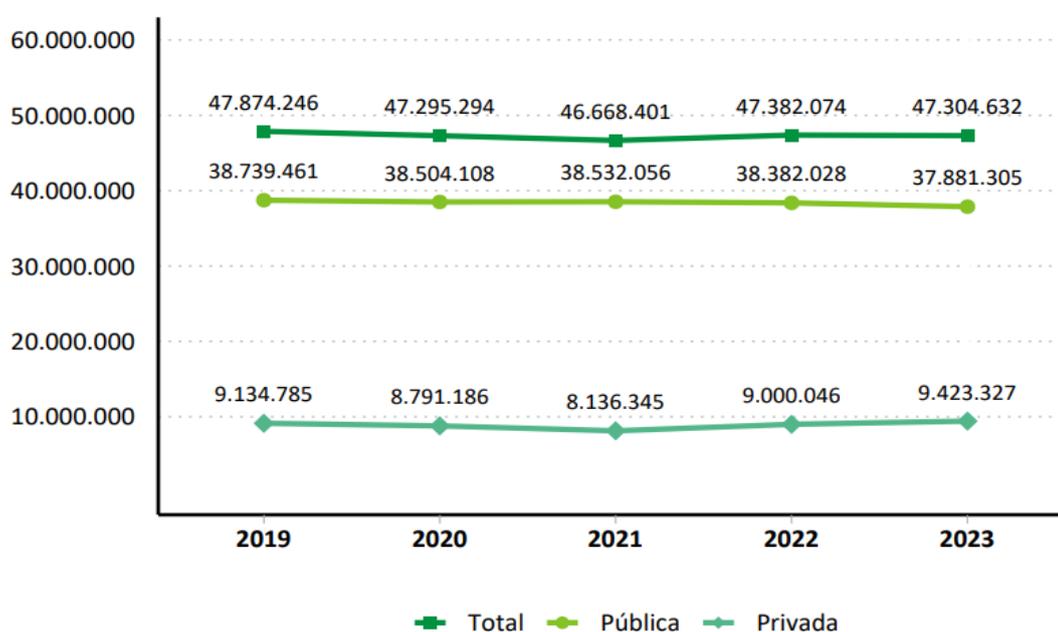
Esse é, portanto, um desafio persistente e que afeta diferentes tipos de escolas em diversos contextos, sejam elas rurais ou urbanas, públicas ou particulares, período matutino, vespertino ou noturno. Este fenômeno complexo requer uma análise cuidadosa e ações coordenadas para mitigá-lo e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Nas palavras de Sales, Castro e Dore (2013, p. 6) trata-se de um “[...] fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais [...]”. Em escolas urbanas, tanto públicas quanto particulares, os motivos para a evasão podem variar. Em contextos urbanos, a violência nas escolas, à falta de recursos adequados, a desmotivação dos alunos e problemas socioeconômicos podem contribuir para a evasão. Nas escolas particulares, os altos custos das mensalidades podem ser uma barreira para famílias de baixa renda. Para combater a evasão nas escolas urbanas, é fundamental melhorar a segurança escolar, oferecer apoio psicossocial aos alunos, investir em capacitação de professores e garantir que haja alternativas acessíveis para famílias que buscam uma educação de qualidade.

Em diferentes períodos, a evasão pode estar relacionada a fatores distintos, como a necessidade de trabalhar para ajudar a família, gravidez na adolescência, envolvimento em atividades não educacionais ou falta de motivação. Para enfrentar esse desafio, é importante oferecer programas de educação flexíveis que atendam às necessidades dos alunos que não podem frequentar a escola durante o dia, como aulas noturnas, cursos à distância e programas de educação jovens e adultos.

Na ilustração 11, vemos um gráfico que retrata a quantidade de matrículas feitas de 2019 a 2023 a nível nacional. Cabe ressaltar que nos dados mais recentes, já em 2023, é possível verificar uma pequena diminuição no número de alunos matriculados no Ensino Médio, fase final da educação básica.

Ilustração 11: Gráfico – Número de matrículas na educação básica, segundo a rede de ensino – Brasil (2019-2023)



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Com base nos dados, observa-se que em 2023 houve o registro de 47,3 milhões de matrículas nas mais de 178,5 mil escolas de educação básica do Brasil, aproximadamente 77 mil matrículas a menos do que no ano anterior, o que corresponde a uma diminuição de 0,2% do total em 2022. Essa diminuição pode ser justificada devido ao recuo de 1,3% observado no último ano de matrícula da rede pública, que passou de 38,4 milhões em 2022 para 37,9 milhões em 2023, assim como o aumento de 4,7% das matrículas da rede privada, que passou de 9 para 9,4 milhões, ou seja, número absolutos menores que a queda observada na matrícula da rede pública.

A evasão escolar no ensino médio no Brasil em 2023 foi um problema significativo. De acordo com o Censo Escolar 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), a taxa de evasão no ensino médio foi de 5,9%. Isso significa que quase 6% dos estudantes abandonaram os estudos antes de concluírem o ensino médio. Essa taxa varia de acordo com o gênero e a modalidade educacional. Os estudantes do sexo masculino apresentaram uma taxa de evasão de 7,3%, enquanto os do sexo feminino tiveram uma taxa de 4,5%. Além disso, a educação escolar urbana teve uma taxa de evasão de 5,9%, enquanto a educação especial apresentou uma taxa de 6,2%. (Brasil, 2023).

Os principais fatores que contribuem para a evasão escolar são relacionados às condições socioeconômicas, falta de engajamento e infraestrutura precária. A desigualdade de acesso a recursos básicos, como material didático, internet e transporte, afeta significativamente a permanência dos estudantes na escola. Além disso, a falta de engajamento também é um obstáculo, pois os estudantes se sentem desmotivados e desconectados das disciplinas oferecidas. Por fim, a infraestrutura precária das escolas, com espaços inadequados e laboratórios mal equipados, também desestimula a continuidade dos estudos.

A desigualdade social é uma realidade que permeia nossa sociedade e tem um impacto significativo nas escolas públicas e privadas. Essas disparidades socioeconômicas criam uma série de desafios e problemas que afetam tanto o ambiente educacional, quanto o desenvolvimento dos estudantes. Para Arroyo (1997, p. 23) “na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra”.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a escola deve exercer um papel humanizador e socializador, além de desenvolver habilidades que possibilitem a construção de conhecimentos e dos valores necessários à conquista da cidadania plena (BRASIL, 1996). Para que esta função possa ser realizada, faz-se necessário levar em

consideração a vida cotidiana daquele que ensina e a daquele que aprende, uma vez que ambos trazem consigo elementos extrínsecos à realidade escolar.

Em Anápolis os jovens vivenciam uma variedade de contextos espaciais que moldam suas experiências educacionais e suas perspectivas de vida. Anápolis vem sendo uma cidade com características urbanas e rurais, apresenta uma dinâmica única que influencia no cotidiano dos estudantes de maneira significativa. Esses frequentam, majoritariamente, escolas localizadas em bairros centralizados e densamente povoados, onde eles têm acesso a uma gama de possibilidades, sejam elas voltadas para sua formação ou para sua socialização. A proximidade com serviços como hospitais, shopping centers e centros culturais também enriquece o ambiente de aprendizado. No entanto, esses jovens também enfrentam desafios relacionados à segurança pública e ao trânsito.

Nas áreas rurais de Anápolis, os jovens enfrentam um contexto espacial completamente diferente. Eles frequentam escolas em comunidades mais distantes, onde a infraestrutura tende a ser mais limitada. O acesso à educação de qualidade pode ser mais desafiador devido à falta de recursos, transporte público e longas distâncias a percorrer para chegar à escola. Para Pinto (2000, p. 46).

O tempo previsto de duração de um aluno no ensino formal é de doze anos na preparação desse estudante a partir dos primeiros ciclos ao ensino médio, no qual deve estar qualificado, e preparado, para o nível superior; e dentro deste quadro de incompetência na base escolar, chamada evasão escolar, os prejuízos têm trazido atrasos no desenvolvimento econômico, social e histórico.

Independente do contexto espacial que se é criado pelos jovens de Anápolis na escola e no seu ciclo social, é importante reconhecer que todos esses enfrentam desafios e têm sonhos e aspirações. É responsabilidade da comunidade e das autoridades educacionais garantir que os jovens de Anápolis tenham igualdade de oportunidades educacionais e acesso a recursos que os ajudem a distinguir seu potencial

Conforme Cavalcanti (2012, p. 115), “a formação dos jovens tem papel relevante no destino da sociedade”. As desigualdades entre os jovens em Anápolis durante o período escolar são uma realidade que precisa ser enfrentada e superada. Embora todos tenham o direito à educação, fatores socioeconômicos, geográficos e culturais podem criar disparidades significativas entre os estudantes.

Uma das principais desigualdades é a questão financeira. Alguns jovens têm acesso a recursos financeiros que lhes permitem estudar em escolas particulares, onde geralmente encontram infraestrutura de qualidade, professores bem capacitados e uma gama de atividades

extracurriculares. Há aqueles que frequentam escolas públicas, muitas vezes enfrentando salas superlotadas, falta de materiais didáticos adequados e infraestrutura precária.

De acordo com Pais (1993, p. 94), os amigos do grupo "constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros". Também observadas no âmbito cultural, jovens pertencentes a grupos étnicos minoritários ou provenientes de famílias imigrantes, podem enfrentar barreiras linguísticas e culturais que dificultam seu acesso à educação de qualidade. A falta de políticas e programas específicos para atender às necessidades desses jovens pode agravar ainda mais as desigualdades.

Tendo uma ampliação de domínio no espaço urbano, vai-se para além dos bairros, mostrando que a condição juvenil expressa uma maneira nova de situar o tempo. Tendo em predominância o tempo presente, que não se torna não apenas o lugar ou ocasião, podendo ser perceptível de formas diferenciadas, tal como o espaço: nas instituições, escolas, trabalho, família, etc. Para a maioria desses jovens, a transição aparece como um labirinto, obrigando-os a uma busca constante de articular os princípios de realidade (que posso fazer?), do dever (que devo fazer?) e do querer (o que quero fazer?), colocando-os diante de encruzilhadas nas quais jogam a vida e o futuro (Pais, 2003).

Fala-se muito na realidade social, com destaque para a vivência no mundo com intensas transformações que se constituem como elementos definidores das práticas socioespaciais das juventudes, afinal esses sujeitos nasceram e vivem numa sociedade repleta de tecnologias e mídias digitais. Conforme Leão e Carmo (2014, p. 24).

É importante considerar que todas essas dimensões se cruzam na vida das juventudes contemporâneas a partir das quais os jovens aprendem e compartilham saberes e conhecimentos. Para além da escola, eles vivenciam processos educativos em outros tempos e espaços. São sujeitos socioculturais que trazem para a escola as questões e demandas de suas vidas cotidianas.

Uma vez que o espaço em que o jovem vive é um universo complexo, conectado a mídias, locais e acessíveis a transformações culturais, isso mostra as dificuldades espaciais, obtida nas mais variadas sociedades e ativismos políticos. Visto que "entre a ação de ensinar e o aprender, situa-se o sujeito que reivindica estar implicado e que demanda realizar um trabalho pessoal, tendo em vista o seu processo de construção como aluno do ensino médio" (Sposito, Galvão, 2004, p. 18).

Na concepção de Libâneo (2008), a escola desempenha um papel fundamental nas lutas democráticas, pois oferece às classes populares acesso ao saber sistematizado e condições

para desenvolver suas potencialidades intelectuais. Isso permite sua participação ativa nos processos político, sindical e cultural. Além disso, a escola também enfrenta o desafio da tensão entre a condição de aluno e jovem, que influencia a relação com o conhecimento e o processo de ensino-aprendizagem.

Em Anápolis, os jovens estudantes enfrentam uma gama de contextos espaciais que impactam profundamente suas experiências educacionais e oportunidades de crescimento. A cidade apresenta uma diversidade de bairros residenciais, cada um com suas características únicas e recursos específicos, criando uma variedade de ambientes de aprendizado que influenciam o desenvolvimento dos jovens. No entanto, é importante reconhecer que existem desigualdades entre esses contextos espaciais. A despeito, é preciso, conforme Libâneo (2006, p. 12)

Levar em conta os determinantes sociais e que propicia a crítica dos mecanismos e imposições resultantes da organização da sociedade em classes sociais antagônicas; ao mesmo tempo, trata-se de uma pedagogia que vai buscar, no interior da escola, respostas pedagógico-didáticas que permitem o exercício dessa crítica, a partir das próprias determinações sociais das situações pedagógicas concretas.

A educação, segundo o autor, é determinada por um processo intrinsecamente ligado às estruturas sociais, que se transformam ao longo do tempo, influenciando a formação do espaço social dos jovens e seu desenvolvimento. Portanto, é fundamental compreender a educação como um processo dinâmico, que evolui em consonância com as estruturas sociais, para entender como os jovens aprendem e se desenvolvem ao longo de suas trajetórias.

3.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA OS JOVENS

“Aliada às expressões culturais, uma outra dimensão da condição juvenil é a sociabilidade. Uma série de estudos⁷ sinaliza a centralidade dessa dimensão que se desenvolve nos grupos de pares, preferencialmente nos espaços e tempos do lazer e da diversão, mas também presente nos espaços institucionais como a escola ou mesmo o trabalho. A turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, "trocam idéias", buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando um "eu" e um "nós" distintivos” (Dayrell, 2007, p. 1110-1111, grifos do autor)

A socialização constitui-se com um fenômeno internalizado no âmbito do processo educativo ao longo da vida. Ademais, ela representa o trilho pelo qual assimilamos nossas peculiaridades e subjetividades de coexistir em uma comunidade partilhada, isto é, na

⁷ Dentre eles podemos citar: Minayo (1999); Carrano (2002); Sposito (2005). Esta mesma tendência é constatada entre os jovens portugueses, analisados por Pais (1993), ou italianos, analisados por Cavalli (1997).

sociedade. Esse processo pode ser compreendido como a via através da qual o indivíduo é integrado nas interações sociais e na coletividade que o abraça integralmente, desde o seu nascimento até o desfecho de sua existência. De acordo com Piletti (1986, p. 68) socialização

É o processo através do qual o indivíduo internaliza os padrões sociais de agir, pensar e sentir. Através da socialização, desde que nasce o indivíduo é treinado para querer agir segundo as expectativas sociais e só ter desejos e sentimentos permitidos socialmente.

O autor destaca o caráter abrangente e profundo em relação ao conceito, pois, para ele a socialização está intimamente ligada ao processo de internalização dos padrões sociais. Se esse processo de socialização for aplicado de maneira justa e igualitária a todos os membros da sociedade, é provável que os valores transmitidos sejam uniformes. Silva (2017) ao definir esse termo/prática cotidiana, traz a ideia de que somos “treinados” e ou condicionados para nos conformarmos às normas sociais, destaca também a natureza (perversa) modeladora e de desenvolvimento deste procedimento.

É possível dizer que o processo de socialização não é apenas uma ocorrência passiva, mas sim uma série de eventos e conexões que nos influenciam a adotar comportamentos e princípios específicos que são reconhecidos e estimados pela comunidade. Ser socializado então traz uma perspectiva de obediência as normas e valores culturais (impostos muitas vezes de forma indireta) que podem influenciar significativamente a nossa compreensão e articulação dos nossos desejos e sentimentos.

Corroborando com as noções de socialização apresentadas, Setton (2008, p. 9) revela que “a ideia de socialização, compreendida como processo progressivo de investimento no ator pelo social, no qual ele se dotaria de competências para viver em sociedade, torna-se criticável pois estamos imersos em uma multiplicidade de orientações culturais”. Na era globalizada e multicultural, vivenciamos uma multiplicidade de influências e perspectivas culturais, que podem gerar tensões e desafios no processo de socialização, já que valores e normas sociais variam significativamente entre grupos e contextos.

Savoia (1989, p. 55) afirma que “o processo de socialização consiste em uma aprendizagem social, através da qual aprendemos comportamentos sociais considerados adequados ou não e que motivam os membros da própria sociedade a nos elogiar ou a nos punir”. Portanto, é importante reconhecer a complexidade e a diversidade de influências culturais que moldam a formação dos indivíduos. Isso implica que a socialização não é um

processo unidirecional, mas sim um fenômeno dinâmico e multifacetado, que requer uma abordagem mais flexível e sensível às particularidades culturais (Lane, 2006).

A importância de considerarmos a cultura no processo de socialização está profundamente ligada à compreensão das complexidades envolvidas na formação dos indivíduos e na construção de suas identidades (Setton, 2008). Aqui o indivíduo em seu contexto multicultural, onde convivem regras, padrões, crenças, valores e identidades diversificados. Nesse sentido, a cultura se manifesta como um processo dinâmico de intercâmbio e troca entre indivíduos, grupos e sociedades, fertilizando a complexidade humana.

Ao fazer o uso da linguagem, as pessoas se inserem em um processo cultural que espelha, por meio de símbolos, o ambiente cultural ao seu redor. Conforme observado por Strey (2002), os indivíduos desempenham um papel ativo, tanto na criação quanto na preservação de sua cultura na sociedade. Cada comunidade possui sua própria cultura, que se manifesta e é identificada através das ações das pessoas. Conforme argumenta Strey (2002, p. 58), "o ser humano é também um animal, mas se destaca dos demais por sua dimensão cultural".

A cultura não pode ser vista como um ente isolado, mas sim como um conjunto integrado de características comportamentais aprendidas e compartilhadas por todos os membros de uma sociedade. Ela abrange o modo de vida total de um grupo humano, incluindo elementos naturais, culturais e ideológicos. A cultura é um elemento essencial para compreender como os indivíduos se tornam parte de uma sociedade e como suas características comportamentais são influenciadas por esse contexto cultural.

É na realidade sociocultural que o indivíduo se socializa, formando sua personalidade, atitudes e opiniões a partir das relações que estabelece com o meio em que vive. Dessa forma, ressalta aqui a fundamental importância em reconhecer que a cultura permeia todas as esferas da vida humana, desde elementos naturais até ideológicos, e que seu estudo é essencial para entendermos os meandros do processo de socialização. Para Savoia (1989) o processo de socialização está dividido em três etapas; Primária, secundária e terciária.

- **Socialização primária:** ocorre durante a infância, quando os agentes socializadores previamente mencionados exercem uma influência significativa na formação da personalidade social do indivíduo; durante esse período, a base da identidade social é estabelecida.
- **Socialização secundária:** essa etapa ocorre na vida adulta, bem como durante a adolescência, quando a personalidade do indivíduo já está relativamente formada, caracterizando uma certa estabilidade de comportamento. Nessa fase, a influência dos

agentes socializadores pode ser mais superficial para os adultos, mas para os jovens, ainda desempenha um papel significativo na construção de sua identidade social. Embora a estabilidade seja mais pronunciada para os adultos, os jovens também podem enfrentar abalos na estrutura da personalidade, resultando em crises pessoais de diferentes intensidades.

- **Socialização terciária:** essa fase ocorre na velhice, quando o indivíduo pode enfrentar crises pessoais devido às mudanças em sua vida social. A vida social do idoso muitas vezes se torna mais restrita, resultando na saída de alguns grupos sociais e em uma sensação de monotonia. Nessa fase, podem ocorrer dessocialização, devido a alterações em critérios e valores, bem como ressocialização, à medida que o indivíduo se adapta à nova fase de sua vida e inicia um processo de aprendizado social para enfrentar essas mudanças.

Dentre as três etapas propostas por Savoia (1989), é na socialização secundária que focaremos, pois, é a qual os jovens escolares estão inseridos. De acordo com o autor, o processo secundário é onde ocorre a formação de identidade de cada indivíduo. É o momento que a interiorização por parte dos adolescentes acontece de forma mais intensificada. Em outras palavras, a interiorização, no sentido amplo utilizado aqui, serve como fundamento para dois processos essenciais: primeiramente, para a compreensão dos outros, permitindo-nos entender suas perspectivas e significados; em segundo lugar, para a percepção do mundo como uma realidade social ricamente significativa, onde atribuímos sentido às experiências e interações (Savoia, 1989).

Os jovens escolares estão imersos em um processo social que, inicialmente, os ajudam a compreender seus pares e, posteriormente, a perceber o significado e sentido em tudo o que os rodeia. Nessa fase crucial de suas vidas, eles estão desenvolvendo não apenas a compreensão das relações interpessoais, mas também a capacidade de atribuir significados mais amplos ao mundo que os cerca. Essa dinâmica nos leva a formular ideias sobre a inserção do papel da educação e da escola enquanto estrutura no processo de socialização e transição para/dos jovens. Para o sociólogo francês, Émile Durkheim (2011, p. 53), a socialização ocorre principalmente mediada pela educação, que “a sociedade só pode viver se existir uma homogeneidade suficiente entre seus membros; a educação perpetua e fortalece esta homogeneidade gravando previamente na alma da criança as semelhanças essenciais exigidas pela vida coletiva”.

Para tanto, seguindo a linha de raciocínio do autor supracitado, socialização implica na construção da vida social, em grande parte mediada pela educação. Envolve a compreensão humana de um conjunto de normas e princípios, sejam eles de natureza moral, religiosa ou comportamental, que orientam o comportamento dos indivíduos em um contexto de grupo. Esse conceito coletivo é essencial para que as pessoas sociáveis possam adquirir a capacidade de aprender os hábitos e costumes necessários para uma convivência (Silva, 2017).

Durkheim (2011) descreve o processo de formação do caráter social, que se forma por meio da educação, por meio do que chamamos de socialização metódica, que inclui a integração do indivíduo ao coletivo. Para o autor;

Um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal; é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é o sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte; tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo. Este conjunto forma o ser social (Durkheim (2011, p. 54)

De acordo com Durkheim (2011) a educação desempenha um papel crucial nesse processo, deve ser normativa e moral, ou seja, deve ensinar aos indivíduos as normas e os valores que são fundamentais para a coesão social. Isso implica que a educação não é apenas sobre a transmissão de conhecimento, mas também sobre a construção de um conjunto de crenças e valores compartilhados que ligam o indivíduo à sociedade. Nesse sentido, a educação aqui trabalhada, aparece no sentido institucionalizado, ou seja, as escolas.

São essas características sociais e culturais estabelecidas por meio de instituições que orientam o comportamento dos membros da sociedade. Os fundamentos da socialização ministrados nas escolas, ajudam os alunos a compartilhar momentos, experiências e interações no ambiente para compreender os aspectos culturais atuais desta sociedade (Gomes, Aires, 2010). Ainda de acordo com as autoras, é nas escolas que os jovens enquanto sujeitos reconhecem, mesmo que de forma inconsciente, a estrutura escola como um ambiente em que possam adquirir novas habilidades, explorar suas paixões e interesses, e desenvolver suas aptidões pessoais.

Conforme Gomes e Aires (2010, p. 3)

Os jovens consideram que é no espaço escolar que poderão desenvolver suas habilidades, impulsos, expandir relações sociais, realizar e construir desejos e projetos de vida, que colaboram na formação de suas respectivas identidades. Espaço esse, considerado também lugar de se fazer amigos, de compartilhar experiências e de

constituir valores, sendo este um espaço onde vivenciam parte significativa de seu cotidiano.

A escola desempenha um papel multifacetado e vital na vida dos jovens, influenciando não apenas seu desenvolvimento cognitivo, mas também suas identidades, relações sociais, valores e perspectivas de futuro. Ela é um local de crescimento e descoberta, onde os jovens tem a oportunidade de se preparar para a vida adulta de maneira integral. Assim, as unidades escolares se elevam ao patamar de *locus* das práticas sociais que “são vistas como construções dos atores sociais em seus contextos de interação, podendo esse contexto ser ou não uma organização” (Souza; Lucas; Torres, 2011, p. 211).

As práticas sociais são construídas e transformadas ativamente pelos indivíduos que as vivenciam, caracterizando-se por sua dinamicidade e adaptabilidade. Essas práticas emergem em diversos contextos de interação, seja em organizações formais ou informais, e são moldadas pelas relações individuais (Souza; Lucas; Torres, 2011). No âmbito escolar, essas práticas sociais desempenham um papel fundamental na socialização dos jovens, fornecendo um espaço para construir relações, desenvolver um senso de pertencimento e crescer em meio a uma dinâmica constante.

No que se refere a importância da escola para o jovem, Gomes e Aires (2010, p. 6, grifos dos autores) enfatizam que

É importante destacarmos que para público jovem atualmente, a escola é talvez, o lugar mais importante de socialização entre tais sujeitos, pois eles estão numa idade na qual o grupo, assim como, o sentimento de “pertencimento” aos grupos, tem uma relevância especial, o que faz com que muitas vezes, surjam no contexto escolar uma diversidade significativa de conflitos, que podem resultar em problemas sérios. Dessa maneira, a escola constitui espaço de construção de diferentes saberes, de convivência, de socialização, e também de divergências, conflitos e violência.

Assim, a escola é vista como um ambiente fundamental não apenas para a aquisição de conhecimentos, mas também para o desenvolvimento social dos jovens, destacando a influência das interações individuais na construção do ser. Nesse sentido, Dias (2008, p. 3) acrescenta que

Enquanto espaço de socialização da cultura, a escola constitui-se no *locus* privilegiado de um conjunto de atividades que, de forma metódica, continuada e sistemática, responde pela formação inicial da pessoa, permitindo-lhe posicionar-se frente ao mundo.[...] As interações sociais que se desenvolvem neste espaço formativo ajudam crianças e adolescentes a compreenderem-se a si mesmo e aos seus outros sociais, enquanto sujeitos sociais e históricos, produtores de cultura e, assim, oportuniza a construção da base inicial para a vivência efetiva de sua cidadania.

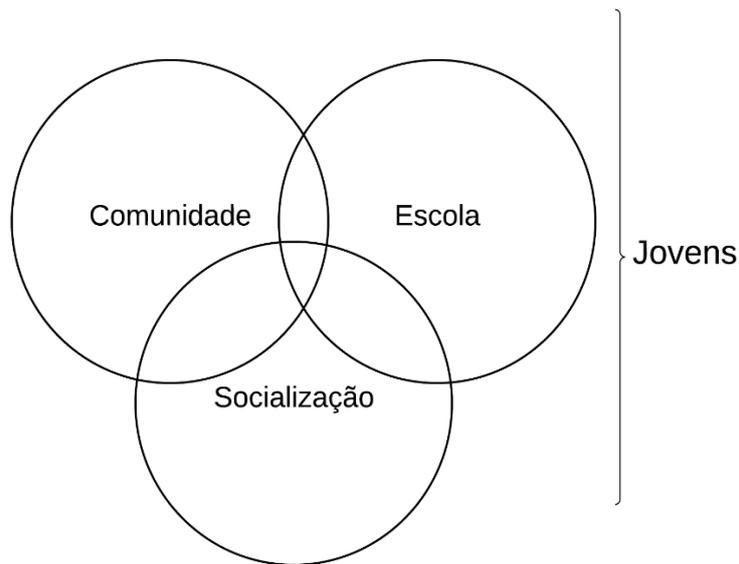
As escolas desempenham um papel vital na formação global dos jovens, não apenas como estudantes, mas como membros protagonistas da sociedade, oferecendo-lhes oportunidades para adquirir conhecimentos, desenvolver competências sociais e pessoais, aprender sobre cultura e história e estabelecer as bases para uma cidadania responsável. Portanto, seu papel não é apenas o ensino de disciplinas organizadas de forma sistemáticas, mas também a formação pessoal global (Dias, 2008).

A escola pode ser considerada um lugar fundamental de transição na vida do jovem. Representa a fase de transição entre a infância e a idade adulta, quando os alunos começam a desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos, das suas aspirações e do seu lugar na sociedade. Durante este período de transição, as escolas desempenham vários papéis importantes, contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos alunos e para o seu papel na sociedade. Para Sahium (2010, p. 91) “a escola aparece aqui como um espaço ou ambiente de afirmação, reconhecimento e, portanto, de construção da imagem pessoal do jovem que está se estabelecendo e se fortalecendo”.

A escola assume o papel de transição na vida do jovem, acompanhando sua jornada desde a infância até a idade adulta, preparando-os para a inserção no mercado de trabalho. Nessa visão, a escola tem o papel de ajudar os estudantes a desenvolverem as habilidades, conhecimentos e valores necessários para uma participação ativa na sociedade. É preciso destacar que o conceito de transição neste contexto refere-se aos “processos coletivos que ocorrem em contextos sociais ou institucionais e que são sempre produzidos e compartilhados com os outros” (Corsaro; Molinari, 2005 *apud* Muller, 2008, p. 128).

Torna-se aqui necessário esclarecer que a socialização de jovens e a escola são dois aspectos intimamente entrelaçados e de forma alguma são processos separados, os mesmos, estabelecem uma relação dialética. No diagrama (ilustração 12) a seguir pode ser verificado essa relação com maior facilidade.

Ilustração 12: Diagrama – Relação dialética entre escola, comunidade e socialização



Fonte: o autor (2024).

A socialização de jovens e a escola são dois aspectos intimamente entrelaçados de suas vidas. Enquanto frequentam a escola, os jovens não estão isolados em uma bolha separada da comunidade. Pelo contrário, a escola é um ponto de convergência onde esses dois processos se entrelaçam de maneira significativa. A escola não é apenas um local de aprendizado formal, é também um ambiente onde os jovens são expostos a valores e normas sociais. Os currículos escolares frequentemente incluem educação moral, promovendo a compreensão de responsabilidades e direitos dentro da comunidade. Portanto, o que os jovens aprendem na escola muitas vezes influencia diretamente como eles se comportam e interagem com os outros na comunidade (Muller, 2008).

A socialização de jovens ocorre ao longo de suas vidas, e a escola representa um estágio significativo nesse processo. Nesse sentido, representam um espaço de transição no qual os jovens começam a assumir um papel mais ativo e consciente. Muller (2008) ao tratar a escola enquanto espaço de construção de identidades, transição e socialização, destaca que

É possível sintetizar que a socialização é um processo relacional envolvendo simultaneamente a internalização e a mudança da sociedade por seus membros. [...]Por outro lado, **a construção da identidade engloba não apenas a habilidade de se adaptar ao ambiente, mas também de agir e transformá-lo.** É o resultado de um jogo de papéis e da síntese de diferentes significações vividas; não haveria uma identidade, porém, processos identitários, que são dinâmicos, múltiplos e em constante transformação. Ainda que a escola ainda trabalhe com uma idéia vertical de socialização, as crianças mostram que esse processo é muito mais complexo (Muller, 2008, p. 139, grifos do autor).

O trabalho de Muller (2008) aborda a complexa relação entre socialização, internalização, construção da identidade e a influência da escola nesses processos enquanto espaço de transição. O autor deixa claro o papel da escola como ambiente contribuinte para a construção da identidade, afirmando que isso vai além da simples adaptação a esse espaço, pois a mesma envolve a capacidade de agir e transformar o ambiente de acordo com as próprias necessidades e desejos. Isso é resultado de um processo complexo que inclui a interpretação de diferentes experiências vividas e a síntese de significados diversos.

Mesmo que de áreas distintas, podemos interpretar/correlacionar toda essa dinâmica com os conceitos de espaço vivido, concebido e percebido apresentados por Lefebvre (2013). Esses conceitos implicam em uma compreensão que abarca interações multidimensionais e multiescalares. Podemos inferir que o autor está aludindo a um ciclo contínuo que, em sua obra, compreende três dimensões essenciais: a percepção do mundo, a concepção deste mundo e a vivência ou experiência desse mundo. Conforme o próprio autor, essa divisão aparece como: “1) espaço da prática social (espaço percebido pelo homem); 2) representação do espaço (espaço concebido) e 3) espaço representacional (diretamente vivido pelo homem)” (Lefebvre, 1991, p. 113).

Vale ressaltar que a presente dissertação não destaca relação de superioridade entre os conceitos pois, entendemos que “espaço é concebido, ele é percebido e vivido, sendo que nenhuma possui relevância absoluta, pois a construção da noção de espaço geográfico é inacabada” (Ribeiro, 2019, p. 21).

A relação entre os conceitos de Henri Lefebvre (2013) e a temática central deste trabalho reside na compreensão da escola como um espaço social complexo, onde a experiência vivida, as percepções individuais e a estruturação societária influenciam a formação da identidade dos jovens. Conforme discutido anteriormente, a escola transcende seu papel tradicional de transmissão de conhecimento, assumindo uma função mais ampla como espaço de socialização, transição e construção identitária. Nesse contexto, a escola se configura como um "espaço de vivência" (Lefebvre, 2013), onde os jovens experimentam e constroem sua realidade, interagindo com o ambiente, os pares e as autoridades educacionais.

A escola, portanto, não é apenas um local de sistematização de conteúdos, mas um espaço ritualístico de passagem e transição, onde os jovens negociam sua identidade, desenvolvem habilidades sociais e cultivam valores e crenças. Essa perspectiva reforça a ideia de que a escola é um espaço de constantes reestruturações, onde a dinâmica social e as relações de poder moldam a experiência educacional.

Nessa ótica, a compreensão da escola como um espaço social complexo e dinâmico permite reconhecer a importância da experiência vivida e das percepções individuais na formação da identidade dos jovens. Contribui para analisar a escola como um espaço de negociação de significados e construção de realidades. E assim entender a escola como um local de transição e passagem, onde os jovens desenvolvem habilidades sociais e identitárias. Essa abordagem teórica oferece uma visão mais ampla e profunda da escola como um espaço social, destacando sua relevância na formação dos jovens e na construção da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise das espacialidades juvenis em Anápolis (GO), torna-se evidente a importância de compreendermos as interações complexas entre juventude, cidade e práticas espaciais. O estudo revelou que a juventude desempenha um papel fundamental na construção e reconfiguração dos espaços urbanos, moldando não apenas sua própria experiência, mas também influenciando a dinâmica social e cultural da cidade.

Por meio das múltiplas perspectivas acerca das espacialidades juvenis, foi possível perceber a diversidade de identidades, necessidades e aspirações dos jovens em Anápolis. A diversidade presente requer que as políticas públicas e a sociedade em geral adotem uma abordagem inclusiva e sensível, visando a construção de ambientes urbanos mais acolhedores e acessíveis para os jovens. Além disso, a compreensão das práticas espaciais dos jovens também destaca a importância de promover espaços de encontro e participação, onde os jovens possam expressar suas vozes, desenvolver habilidades sociais e contribuir para a construção de uma cidade mais democrática e vibrante.

Ao considerar as relações entre juventude, cidade e práticas espaciais, é indispensável que as autoridades, pesquisadores e a comunidade em geral estejam atentos às necessidades e desejos da juventude, trabalhando em conjunto para criar ambientes urbanos que valorizem a diversidade, criatividade e o potencial transformador da juventude em Anápolis e em outras cidades.

Assim ao analisarmos as interações juvenis, torna-se evidente a complexidade e a riqueza das dinâmicas que moldam o cotidiano dos jovens nesse contexto urbano. As experiências e vivências desses indivíduos são influenciadas pela estrutura urbana, pelos recursos disponíveis e pelas oportunidades oferecidas pela cidade. Por meio da pesquisa, compreendemos que as espacialidades juvenis não são estáticas, mas sim fluidas e mutáveis, moldadas por fatores sociais, econômicos e culturais.

Além disso, percebemos a importância de se promover espaços inclusivos e acessíveis para os jovens, de modo a fomentar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e a construção de uma cidadania ativa e participativa. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a juventude devem ser pautadas na escuta ativa e no envolvimento dos jovens, garantindo que suas necessidades e aspirações sejam devidamente consideradas.

Portanto, ao refletirmos sobre as espacialidades juvenis em Anápolis, concluímos que é essencial repensar a forma como a cidade é planejada e vivenciada pelos jovens, visando

à construção de um ambiente urbano mais inclusivo, dinâmico e enriquecedor para essa parcela fundamental da sociedade. Somente através desse compromisso conjunto poderemos assegurar um futuro próspero para a juventude anapolina e, conseqüentemente, para a própria cidade de Anápolis.

No decorrer desta pesquisa, buscamos responder aos questionamentos apresentados na introdução, visando uma compreensão mais abrangente das espacialidades juvenis em Anápolis. Inicialmente foi tratado como a juventude interage com o espaço urbano na cidade, os resultados revelaram que a juventude anapolina possui uma relação dinâmica com o ambiente urbano, moldando-o e sendo moldada por ele. Foi identificado que, espaços como praças, centros culturais e áreas de lazer desempenham um papel fundamental na vida dos jovens, proporcionando oportunidades de socialização, expressão artística e desenvolvimento pessoal.

Além disso, foi explorado de que maneira as práticas espaciais dos jovens influenciam a construção de identidades e a vivência da juventude em Anápolis. Diante disso foi possível observar que os jovens exercem seu protagonismo ao reconfigurar espaços, transformando-os em locais de convívio, criação e manifestação cultural. Essa ação não apenas fortalece sua identidade como grupo social, mas também contribui para a construção de uma dinâmica urbana mais rica e diversificada.

No que diz respeito à relação entre juventude, cidade e políticas públicas, foi averiguado como as políticas municipais impactam a vida dos jovens em Anápolis. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem inclusiva e participativa na formulação de políticas urbanas voltadas para a juventude, visto que tais decisões afetam seu cotidiano e é essencial para garantir que suas necessidades sejam adequadamente atendidas.

Assim, por meio de embasamentos a partir de recortes teóricos com referências adotadas como desígnio de evidenciar as questões que norteiam a juventude, partimos dos seguintes questionamentos: Quais as diferentes concepções desenvolvidas historicamente acerca da categoria juventude? Como os jovens configuram e vivenciam as suas práticas espaciais na dimensão da cidade? Que fatores contribuíram para tornar Anápolis um local de significativa influência no cenário local, regional e nacional? Como são demarcadas e apresentadas as espacialidades juvenis no município de Anápolis?

A categoria juventude possui concepções históricas diversas, influenciadas por fatores sociais, culturais e econômicos. Desde a visão clássica de juventude como transição para a vida adulta até perspectivas contemporâneas que enfatizam a diversidade e complexidade da

experiência juvenil, como a teoria da "juventude como construção social" (Dayrell, 2003). Além disso, a juventude também foi vista como um período de formação, rebeldia e busca por identidade. Essas concepções influenciam como os jovens são percebidos e tratados pela sociedade.

Em Anápolis, os jovens configuram e vivenciam suas práticas espaciais de maneira dinâmica, interagindo com espaços públicos, culturais e sociais. A cidade oferece uma diversidade de ambientes que influenciam a construção da identidade juvenil, como praças, centros culturais e áreas de lazer. Fatores como a expansão urbana, migração e investimentos econômicos contribuíram para tornar Anápolis um local de significativa influência regional e nacional. As espacialidades juvenis em Anápolis são demarcadas por práticas culturais, artísticas e políticas, como eventos, manifestações e movimentos sociais, que refletem a diversidade e criatividade da juventude local.

A pesquisa evidencia e contribui para a compreensão cada vez mais profunda e abrangente das interações complexas entre os jovens, o ambiente urbano e as práticas espaciais em nossa sociedade. Ao promover a inclusão dos jovens na configuração do espaço urbano, podemos abrir caminho para cidades mais justas e diversificadas, preparando o terreno para futuras pesquisas e ações que aprofundem ainda mais esse diálogo fundamental entre a juventude e o espaço urbano. É dar continuidade nas reflexões sobre essas questões em conjunto, com a participação ativa de diferentes vozes e perspectivas, para enriquecer ainda mais nosso entendimento e orientar práticas urbanas adequadas para as necessidades e potenciais da juventude em Anápolis e nas mais distintas espacialidades, sejam elas urbanas ou não.

Por fim, novas possibilidades de pesquisas sobre os jovens em Anápolis podem emergir da análise das interações entre juventude e espaço urbano. Estudos comparativos das práticas espaciais juvenis em diferentes bairros, investigações sobre o impacto das tecnologias digitais e da relação entre juventude, meio ambiente e sustentabilidade são áreas promissoras. Abordagens interdisciplinares, como análises sociológicas, antropológicas e econômicas, também podem enriquecer o entendimento sobre a juventude em Anápolis. Além disso, pesquisas participativas, como cocriação de políticas públicas e mapeamento participativo das espacialidades juvenis, podem orientar práticas urbanas mais inclusivas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, mai./dez., 1997.

Disponível em:

http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf.

Acesso em: 19 nov. 2020.

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. A cidade e a utopia. **@metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 35, p. 34-45, dez., 2018. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/270?name=a-cidade-e-a-utopia>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Desvendando a “arena política”: reflexões sobre o Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 14., 2006, Rio Branco. **Anais [...]**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, p. 1-18.

ARROYO, Miguel González. **Escola coerente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Cidadania, território e políticas públicas**. 2008. Disponível em:

http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidadania-Territo%CC%81rio-e-Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARBOSA, Juliana Souza. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes? **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, s./p., jan./jun., 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111283>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil, Presidência da República, 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL. **Resumo técnico – Censo escolar da educação básica 2023**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

CALLAI, Helena Copetti. **O lugar na Geografia e as monografias municipais**. Ijuí: Cadernos Unijui, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

Disponível em:

http://www.gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

CASSAB, Clarice. **(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: revista de História**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 145-159, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASSAB, Clarice. O jovem como sujeito e a cidade que se ensina. In: ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, s./p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Clarice-Cassab/publication/338623248_O_JOVEM_COMO_SUJEITO_E_A_CIDADE_QUE_SE_ENSINA/links/5e2033b3458515ba208ae98c/O-JOVEM-COMO-SUJEITO-E-A-CIDADE-QUE-SE-ENSINA.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

CASSAB, Clarice. Os jovens e suas mediações espaço temporal: a cidade e os projetos de vida. In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes (org.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016, p. 45-70.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO – Brasil. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v. 1, n. 1, p. 117-139, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/582>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CASTRO, Joana D`arc Bardella. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007, p. 10-28.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intraurbano e formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, Flávia Maria de Assis;

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, volume especial, n. 35, p. 74-86, set./dez., 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1874>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 12 set. 2021.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. *In*: DAYRELL, Juarez (org). **Múltiplos olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 136-161.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

DAYRELL, Juarez. O jovem como um sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 12 set. 2019.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. *In*: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-133.

DIAS, Adelaide Alves. **A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos**. P. 1-6, 2008. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_3_adelaide.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

DIAS, Simone Silva. **O papel de Anápolis-GO no contexto do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10079>. Acesso em: 25 nov. 2020.

DURKHEIM, Èmile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

ESTEVEES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa, p. 19-54. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Juventude_juventudes.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

FAISSOL, Speridião. **O “Mato Grosso de Goiás”**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

FERREIRA, Haydee Jayme. **Anápolis: sua vida, seu povo**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1981.

FRANÇA, Maria de Souza. **A formação histórica da cidade de Anápolis e sua área de influência regional**. São Paulo: ANPUH, 1974, p. 635-664.

FRANÇA, Maria de Souza. **Terra, trabalho e história: a expansão agrícola no “Mato Grosso” de Goiás, 1930/55**. 1986. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/single.php?id=000718231>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FREITAS, Mirelle Antônia Souza. **Vivências e ritualidades entre os jovens na festa da padroeira Sant’Ana em Anápolis, Goiás (2017-2021)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, Unidade Universitária de Anápolis – Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022. Disponível em: <https://www.btdt.ueg.br/handle/tede/1078>. Acesso em: 10 out. 2022.

FREITAS, Revalino Antonio de. Anápolis, fundos públicos e expansão urbana: 1957-1997. In: TOSCHI, Mirza Seabra (org.). **100 anos - Anápolis em pesquisa**. Goiânia: Editora Vieira, 2007, p. 35-45.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMES, Aracele Barbosa; AIRES, Maria Alcilene Vitória Batista. A escola como espaço de socialização: reflexões sobre juventude e as relações de poder. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5. 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45726>. Acesso em: 22 set. 2022.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 9-22, dez., 2004. <http://dx.doi.org/10.15599/0104-4834/cogeime.v13n25p9-22>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629>. Acesso em: 21 jul. 2020.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Editora Paco: Jundiáí, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anápolis**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/anapolis.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: Coordenação de Cartografia, Diretoria de Geociências, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v1.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **REGIC – Regiões de Influência das Cidades**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 9 dez. 2021.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEÃO, Geraldo; CARMO, Helen Cristina do. **Os jovens e a escola**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Tradução de Nicholson-Smith Oxford. São Paulo: Blackwell, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LUZ, Janes Socorro da. **A (re)produção do espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/172>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LUZ, Janes Socorro da. A inserção de Anápolis/GO no contexto da dinâmica regional. **Revista Anápolis Digital**, Anápolis, v. 1, n. 1, s./p., jan./dez., 2010. Disponível em: <http://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/04/a-insercao-de-anapolis-go-no-contexto-da-dinamica-regional.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LUZ, Janes Socorro da. **Especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MÜLLER, Fernanda. Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 123-141, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/c7MRR94TGCykRJdxmnnStXC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jul. 2022.

OLIVEIRA, Raquel Correia de. O processo de construção da juventude como categoria social: notas sobre o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, p.1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22701>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PAIS, José Machado. A contribuição sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, jan./abr., 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Lisboa: Âmbar, 2003.

PAULA, Flávia Maria de Assis. **Jovens migrantes na metrópole de Goiânia: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/2917>. Acesso em: 12 set. 2019.

PAULA, Flávia Maria de Assis; PIRES, Lucineide Mendes. Os jovens e a cidade: práticas espaciais, redes de sociabilidade e a constituição de territorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, volume especial, n. 35, p. 87-106, set./dez., 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2262>. Acesso em: 12 set. 2020.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

POLONIAL, Juscelino. **Anápolis no tempo da ferrovia**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 1995.

POLONIAL, Juscelino. Anápolis: das origens do povoado à Revolução de 1930. *In*: TOSCHI, Mirza Seabra (org.). **100 anos - Anápolis em pesquisa**. Goiânia: Editora Vieira, 2007, p. 15-34.

POLONIAL, Juscelino. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Tatiane. **O percebido, concebido e vivido: possibilidades metodológicas à educação geográfica.** 2019. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

ROCHA, Hélio. **Anápolis e assim se passaram 100 anos.** Goiânia: Kelps, 2007.

SAHIUM, Rosana Guimarães Lobo. **Agências socializadoras e formação juvenil: as representações de jovens de escolas públicas de Anápolis.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiane Lage de; DORE, Rosemary. Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3. 2013, Belo Horizonte. **Anais [...].** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Oyana Rodrigues dos. **A política de industrialização em Goiás com os Distritos Agro-Industriais-DAIA (1970/90).** 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal e Goiás, Goiânia, 1999.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social.** São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo social, revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 335-350, nov., 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/twH6WL5fr5GVw8rb37FSZNR/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Introdução ao tema socialização.** 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11994/11994.PDF>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SILVA, Carla Regina, LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas Públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul./dez., 2009. Disponível em: <https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/2021/02/Adolescencia-e-juventude-entre-conceitos-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, Patrícia Andrade da. O papel da escola no processo da socialização na educação infantil. **Revista PLUS FRJ: Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde, Fortaleza**, n. 3, p. 68-77, jan., 2017. Disponível em: <https://frjaltosanto.edu.br/site/wp-content/uploads/2019/05/06-Artigo-O-PAPEL-DA-ESCOLA.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SOUZA, Eda Castro Lucas; LUCAS, Cristina Castro; TORRES, Cláudio Vaz. Práticas sociais, cultura e inovação: três conceitos associados. **Revista de Administração FACES**

Journal, Minas Gerais, v. 10, n. 2, p. 210-229, abr./jun., 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1940/194022079011.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 345-380, 2004. <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9649>. Acesso em: 20 out. 2022.

STREY, Marlene Neves (org.). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105044/turraneto_n_dr_prud.pdf?sequencia=1. Acesso em: 10 set. 2020.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WOOLNER, Pamela et al. **Getting together to improve the school environment**: user consultation, participatory design and student voice. *Improving Schools*, p. 233-248, 2007.